

Levantamento realizado pela Exame Pesquisa vê cansaço da polarização entre Lula-Bolsonaro e uma alta rejeição aos dois

Reprodução



Milicianos de Bolsonaro ameaçaram de morte médica indicada por Lira para Saúde

A médica cardiologista Ludhmila Hajjar afirmou, na segunda-feira (15), que, depois que recusou o convite de Jair Bolsonaro para assumir o Ministério da Saúde, foi ameaçada de morte. Nas últimas 24 horas, afirmou ela, “fui alvo de ameaça de morte, além de tentarem invadir três vezes o quarto do hotel em que eu estava hospedada em Brasília, durante a madrugada”. “Eu não tenho medo. São pessoas radicais, que estão polarizando o Brasil”, disse. **Página 3**

Crime: milícia espalha-vírus faz atos pela morte no país

Xingaram as vacinas, deram gritos histéricos para as pessoas voltarem logo ao trabalho, promoveram aglomerações e aplaudiram o boicote de Bolsonaro à luta contra a pandemia. **Pág. 3**

Araraquara reduz propagação de Covid em 43% após restrições

Em fevereiro, antes da aplicação das restrições totais, a cidade registrou 456 novos casos da Covid-19 em 3 dias. Agora, o total de novas infecções em 3 dias despencou para 170. Desde o início do lockdown, a média móvel diária de novos casos de Covid-19 caiu de 189,57 para 108, redução de 43,02%. **Pág. 4**

HORA DO POVO
ANO XXXI - Nº 3.797 17 a 23 de Março de 2021

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Uma maioria expressiva rejeita Bolsonaro, mas o reelegeria contra Lula

O grupo Exame Invest divulgou pesquisa quantitativa relativa às eleições de 2022, já com o ex-presidente Lula de volta ao jogo político-eleitoral. Segundo Maurício Moura, fundador do Ideia, instituto especializado em opinião pública, o aspecto

mais importante desta pesquisa, talvez seja, “a demanda explícita por um (a) novo (a) presidente que não seja nem Lula nem Bolsonaro”. O governador do Maranhão, Flávio Dino, além de ter a menor rejeição, aparece com avaliação positiva para 7% dos eleitores, à frente de Dória (5%). **Página 3**

Alimentos sobem o triplo da inflação e auxílio cai à metade

AFF



Governadores alertam para o risco de colapso total da Saúde

Em meio ao caos ocasionado pela pandemia, os governadores alertaram para o risco de um colapso total dos hospitais públicos e privados do país até o fim de março. Em audiência nesta segunda-feira

(15) da comissão temporária do Senado que acompanha a evolução da Covid-19, os governadores João Doria (SP), Renato Casagrande (ES), Flávio Dino (MA) e Eduardo Leite (RS) defenderam a necessidade

de uma ação coordenada nacionalmente para evitar o desastre. O governador de São Paulo, João Doria, disse que a pandemia de coronavírus provocou sobrecarga na rede hospitalar, especialmente nos

leitos de UTI. Na segunda-feira (15), o Brasil bateu no 17º dia consecutivo o recorde de média móvel de mortes, com 1855 óbitos. O número é 46% maior do que de duas semanas atrás. **Página 4**

Segundo a inflação dos alimentos, divulgada pelo IBGE, em doze meses até fevereiro, a alta acumulada é de 15%. O IPCA ficou no período em 5,20%. Enquanto os preços dos alimentos dispararam e subiram três vezes mais que a inflação, o governo Bolsonaro reduziu o auxílio emergencial para menos da metade. Ficará em torno de R\$ 250, entre R\$ 175 e R\$ 375, quando no início da pandemia da Covid-19 o Congresso aprovou um auxílio emergencial de R\$ 600. Um ano depois, a crise sanitária está muito mais violenta, ceifando mais de duas mil vidas por dia, o desemprego bateu recorde, a economia encolheu 4,1% e a vacina ainda não chegou para todos. **Página 2**

Governo usa tragédia para atacar serviço público, dizem sindicalistas

Em Live realizada nesta quinta-feira pelo HP, mediada por Carlos Pereira, lideranças sindicais dos servidores públicos debateram a atual crise sanitária, econômica e política do país, discutindo também os ataques de Bolsonaro contra o funcionalismo público. A Live reuniu Flávio Werneck (Fenapef), João Domingos (Nova Central), Daro Piffer (Banco Central) Lineu Mazano (CSPB), Katia Cristina (Servidores-SP), Antonio Augusto (Servidores-RS), João Paulo (Fasubra) e Sebastião Soares (Observatório Sindical). **Página 5**

Desemprego avança e bate recorde em 20 estados, segundo IBGE

“No intervalo de um ano, a população ocupada reduziu 7,3 milhões de pessoas no país, chegando ao menor número da série anual (86,1 milhões). Com isso, pela primeira vez, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%”

Assim como a média nacional, o nível de desemprego foi recorde em 20 estados brasileiros em 2020, apurou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-Contínua). Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que avalia o resultado como “efeitos decorrentes da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho”.

De 2019 para 2020, a taxa de desocupação investigada pela Pnad aumentou de 11,9% para 13,5% – a maior da série histórica da pesquisa iniciada em 2012. Antes de fechar o ano nesta taxa recorde, a desocupação oscilou e chegou a 14% em agosto do ano passado.

Esses níveis de desocupação sem precedentes não decorrem da crise sanitária por si só – mas também do negacionismo do governo frente à pandemia e ao agravamento da crise de uma economia que já patinava. As insuficientes medidas de contenção da Covid-19, de socorro para empregadores e trabalhadores, anunciadas pelo governo no início da crise sanitária, só não foram piores graças às decisões tomadas pelo Congresso Nacional, como o apoio às micro, pequenas e médias empresas e o auxílio emergencial.

Taxa de desocupação beira 20% em estados do Nordeste

A taxa de desocupação superou a média nacional em 15 dos 27 estados da federação em 2020. As maiores foram na Bahia (19,8%), Alagoas (18,6%), Sergipe (18,4%) e Rio de Janeiro (17,4%). Em São Paulo, o maior e mais desenvolvido entre eles, a taxa ficou em 13,9%.

O nível de ocupação da população também bateu recorde negativo. De acordo com o IBGE, em 15 estados menos de 50% da população tinha ocupação no encerrar de 2020. Em Alagoas, por exemplo, apenas 35,9% das pessoas em idade de trabalhar tinham algum tipo de ocupação. Apesar da falta de emprego ser mais gritante nas regiões Norte e Nordeste, o Rio de Janeiro ficou entre os estados com menor nível de ocupação: 45,4%. Mas, até mesmo no Mato Grosso – estado com o maior percentual da população ocupada – o resultado é preocupante, com 58,7% da população em idade de trabalhar efetivamente na ativa, o que significa que mais de 40% encontrava-se desocupada.

Segundo a Pnad, no intervalo de um ano a população ocupada do país se reduziu 7,3 milhões de pessoas, chegando ao menor nível histórico. Com isso, pela primeira vez, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%.

Os informais são os trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar, segundo o IBGE.

“A queda da informalidade não está relacionada a mais trabalhadores formais no mercado. Está relacionada ao fato de trabalhadores informais terem perdido sua ocupação ao longo do ano. Com menos trabalhadores informais na composição de ocupados, a taxa de informalidade diminui”, explica a analista da pesquisa, Adriana Beringuy, lembrando que informais foram os primeiros atingidos pelos efeitos da pandemia.

Nas regiões, a taxa média nacional de informalidade foi superada em 19 estados, variando de 39,1%, em Goiás, até 59,6% no Pará. Em sete desses estados a taxa ultrapassou 50% e apenas São Paulo (29,6%), Distrito Federal (28,2%) e Santa Catarina (26,8%) tiveram taxas de informalidade abaixo de 30%.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

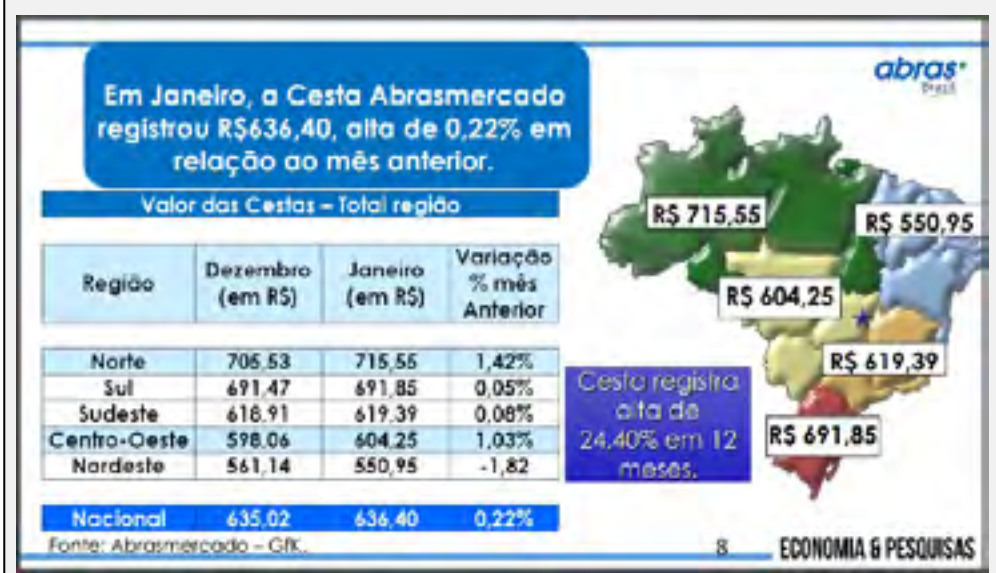
HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Inflação dos alimentos sobe 15% e auxílio cai a menos da metade

Foto: Reprodução/Twitter



Vendas nos supermercados despencam 18,45% com corte no auxílio emergencial

As vendas nos supermercados despencaram 18,45% em janeiro na comparação com o mês de dezembro, segundo dados da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

Na comparação com janeiro de 2020, a vendas cresceram 12%, segundo a pesquisa divulgada na quinta-feira (11). No acumulado de um ano, o índice de consumo da Abras mostrou ainda uma alta de 12%. As varrições do período foram marcadas pelo impacto da pandemia, o isolamento social e o auxílio emergencial que favoreceram as compras nos supermercados. As comparações foram feitas com valores deflacionados pelo Índice de preços ao consumidor (IPCA) do IBGE.

A ABRAS divulgou que a Cesta Abrasmercado, composta por 35 produtos, aumentou 0,22% em relação a dezembro atingindo em média 636,40 em janeiro. Esse valor é 24,40% maior do que o custo da cesta em janeiro de 2020, confirmando a aceleração descontrolada nos preços dos produtos mais necessários para as famílias.

A região Norte apresentou a cesta Abrasmercado com maior custo entre as

cinco regiões do país (R\$ 715,55), com um acréscimo de 1,42% sobre o mês anterior. Para a região Sudeste, que concentra o maior percentual de habitantes, a pesquisa calculou o custo da cesta em R\$ 619,39. A região Sul com R\$ 691,85 ficou com o custo acima da média nacional. No Nordeste, a cesta da Abrasmercado em janeiro custou R\$ 550,95 e no Centro-Oeste R\$ 604,25. Nas duas regiões, a cesta teve um custo menor do que a média nacional, mas também com as menores rendas per capita.

AUXÍLIO SÓ EM ABRIL

Ainda que a cesta da Abras não seja como a cesta básica de alimentos divulgada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que também está bem acima de R\$ 600, todas estão bem distantes do miserável auxílio emergencial de R\$ 250 proposto pelo governo Bolsonaro para fazer frente ao agravamento da pandemia e da crise econômica.

Ao divulgar o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Ampla (IPCA) de fevereiro, a inflação oficial,

o gerente da pesquisa do IBGE, Pedro Kislanov, considerou que o fim do auxílio emergencial às famílias mais carentes diminuiu a procura por itens essenciais, como o arroz.

“O arroz pode ter a questão do auxílio emergencial. Estamos desde janeiro sem. Em janeiro e fevereiro a gente não teve auxílio, houve redução na demanda doméstica pelo arroz”, disse Kislanov. Mas alertou que “desde novembro, os preços dos alimentos continuam subindo”.

O auxílio emergencial foi cortado em dezembro e Bolsonaro promete só retornar o auxílio em abril por menos da metade, por apenas quatro meses e para metade dos que foram beneficiados.

Por outro lado, a inflação dos alimentos triplicou, o gás de cozinha aumentou, o desemprego bateu novo recorde e a pandemia está exigindo mais restrições das atividades econômicas, assim como mais medidas emergenciais de apoio às empresas, aos trabalhadores, principalmente os que perderam renda e não encontram espaço, nem mesmo, no mercado informal de trabalho, estando completamente desamparados.

Venda do comércio varejista recua em janeiro

As vendas do comércio iniciaram o ano em queda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de vendas no comércio caiu 0,2% no primeiro mês do ano na comparação com dezembro – quando a atividade do varejo já havia despencado 6,2%. O resultado é atribuído ao fim do auxílio emergencial, que agora, quando a crise é ainda maior, o governo reduziu para menos da metade de uma cesta básica.

“Com a diminuição do aporte de recursos do auxílio emergencial, a partir de outubro, a capacidade de consumo das famílias diminuiu, com impacto direto no comércio, levando os indicadores à estabilidade em novembro (-0,1%), uma queda em dezembro (-6,2%), e, agora, outra estabilidade em janeiro (-0,2%)”, afirma Cristiano Santos, gerente da pesquisa, que adiciona ao

diagnóstico o aumento da inflação dos alimentos.

Em em relação a janeiro do ano passado, o comércio varejista registrou queda de 0,3%. O indicador acumulado nos últimos 12 meses ficou em 1%.

Na passagem de dezembro para janeiro, houve queda de 1,6% no setor do varejo que tem mais peso nas vendas: o de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios e bebidas. A queda concorda com a suspensão do auxílio emergencial destinado às famílias que perderam as suas rendas durante a pandemia e que destinavam o benefício à aquisição de produtos de primeira necessidade.

De acordo com o IBGE, cinco das oito atividades pesquisadas tiveram taxas negativas em janeiro. Além dos supermercados, caiu o

volume de vendas de tecidos, vestuários e calçados (-8,2%), móveis e eletrodomésticos (-5,9%), combustíveis e lubrificantes (-0,1%) e livros, jornais e papeleria (-26,5%).

O comércio varejista ampliado, que inclui veículos e material de construção, caiu 2,1% sobre dezembro e 2,9% na comparação com janeiro do ano passado.

“Janeiro foi um mês de repique da pandemia, com restrições de funcionamento de estabelecimentos comerciais em alguns estados, que refletiram de maneira mais forte no setor de veículos. Veículos tem o segundo maior peso no comércio, e já vinha de uma queda em dezembro (-3,3%)”, diz Santos.

De dezembro para janeiro, a venda de veículos, partes e peças registrou recuo de 3,6%. A venda de materiais de construção teve variação de 0,3%.

Enquanto os preços dos alimentos não param de subir muito além da inflação medida pelo IPCA (5,2%), Bolsonaro anuncia um auxílio emergencial de apenas R\$ 250 que não paga nem a metade da cesta básica medida pelo Dieese

Segundo a inflação dos alimentos, divulgada pelo IBGE, em doze meses até fevereiro, a alta acumulada é de 15%. O IPCA (índice geral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla) ficou no período em 5,20%.

Enquanto o preço dos alimentos disparou e subiu três vezes mais que a inflação, o governo Bolsonaro reduziu o auxílio emergencial para menos da metade. Ficará em torno de R\$ 250, entre R\$ 175 e R\$ 375, quando no início da pandemia da Covid-19 o Congresso Nacional aprovou um auxílio emergencial de R\$ 600. Um ano depois, a crise sanitária está muito mais violenta, ceifando mais de duas mil vidas por dia, o desemprego bateu recorde, a economia encolheu 4,1% e a vacina ainda não chegou para todos.

Com o fim do auxílio emergencial em dezembro, só em janeiro, dois milhões de brasileiros foram deslocados para a situação de pobreza. Ao todo, 13% da população do país, ou 26 milhões de pessoas, está sobrevivendo com uma renda per capita de apenas R\$ 250 por mês, segundo estudo do Insper, patamar que Bolsonaro e Guedes pretendem lançar a metade dos 68 milhões que foram beneficiados com o auxílio emergencial durante a pandemia.

O novo auxílio emergencial proposto pelo governo

cesta básica em torno de R\$ 600 calculada pelo Dieese, considerando apenas os alimentos.

Diante da disparada dos preços dos alimentos nos supermercados em meados do ano passado, Bolsonaro lavou as mãos. Disse que é “economia de mercado”, não ia reduzir preço por “caneta-da”, etc, etc, ou seja, o mesmo discurso em relação ao preço dos combustíveis e do gás de cozinha, que também dispararam no período. O botijão já atingiu R\$ 105 em algumas localidades.

Em doze meses, as maiores altas nos alimentos foram verificadas no óleo de soja: 87,59%; arroz: 60,80%; feijão mulatinho: 33,91%; músculo: 33,61%; banana prata: 23,48%; leite longa vida: 20,52%; frango: 15,01%; leite condensado: 15,16%; e ovo: 10,49%.

O governo ignora que a economia só não desabou mais do que os -4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) graças ao auxílio emergencial e algumas outras poucas medidas que foram implementadas apesar e contra a vontade de Bolsonaro e Guedes.

Portanto, mantida a postura negacionista do governo frente à pandemia e o boicote deliberado às empresas do setor produtivo, trabalhadores e milhões de desempregados destituídos de qualquer renda, o desastre econômico e social será ainda maior.

Preços dos combustíveis disparam e puxam alta da inflação em fevereiro

Enquanto desempregados e trabalhadores que perderam suas rendas na pandemia aguardam a nova rodada do auxílio emergencial, que será reduzido para menos da metade, segundo proposta de Bolsonaro e Paulo Guedes, os preços dos combustíveis e dos alimentos disparam.

De acordo com os dados do Índice de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA) divulgado, nesta quinta-feira (11), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação em fevereiro ficou em 0,86% – a maior taxa para o mês desde 2016.

Com esse resultado mensal, a inflação acumula alta de 5,2% em 12 meses, também a maior acumulada desde 2017. No ano, os preços subiram 1,11% de acordo com o IPCA.

O aumento do preço dos combustíveis se destacou, jogando, mais uma vez, por terra, a demagogia de Bolsonaro durante a campanha eleitoral de que o litro da gasolina, por exemplo, não ultrapassaria R\$ 2,50 no seu governo.

Em fevereiro, alta de preços dos combustíveis teve o maior impacto na inflação, contribuindo para que o item “transportes” registrasse inflação de +2,28%. Na comparação com janeiro, a gasolina subiu +7,11%; o etanol, +8,06%; e o óleo diesel +5,40%. Com isso, os combustíveis acumulam alta de +28,44% nos últimos nove meses, aponta o IBGE.

Com aval de Bolsonaro, que mantém os preços dos combustíveis atrelados ao mercado externo e ao dólar, o preço dos produtos nas refinarias da Petrobrás dispararam. Na terça-feira (9), o governo anunciou o sexto aumento seguido no preço da gasolina e o quinto no preço do diesel.

Além do preço dos combustíveis, que encarece não só a conta de quem abastece, mas a chegada dos produtos



na casa dos consumidores, o custo da alimentação continua em disparada.

O item alimentos e bebidas teve aumento de preços de 0,27% no mês – após +2,4% em novembro, +1,74% em dezembro e +1,02% em janeiro.

Em 12 meses desde o início da pandemia, o preço dos alimentos subiu 15% no país – o triplo da inflação oficial medida pelo IPCA. Decorre disso que a inflação para as famílias mais pobres (para as quais alimentação costuma ter maior relevância dentro das despesas) está acima do índice geral, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas: 6,27% em 12 meses até fevereiro nos cálculos do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pelo órgão.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a cesta básica chegou a custar, em fevereiro, mais de R\$ 630,00 em algumas capitais do país, comprometendo 54,23%, em média, o salário mínimo. Enquanto isso, uma legião de brasileiros desamparados receberá uma renda emergencial irrisória, entre R\$ 175 e R\$ 375.



Reprodução/TV Globo

Dra. Ludhmila Hajjar, cardiologista: “não aceitei”

Milicianos de Bolsonaro ameaçaram de morte a médica indicada por Lira

A médica cardiologista Ludhmila Hajjar afirmou, na segunda-feira (15), que, depois que recusou o convite de Jair Bolsonaro para assumir o Ministério da Saúde, foi ameaçada de morte.

Nas últimas 24 horas, afirmou ela, “fui alvo de ameaça de morte, além de tentarem invadir três vezes o quarto do hotel em que eu estava hospedada em Brasília, durante a madrugada”.

“Estou num hotel em Brasília, e houve três tentativas de entrar no hotel. Pessoas que diziam que estavam com o número do quarto – e que eu estava esperando-os. Diziam que eram pessoas que faziam parte da minha equipe médica. Se não fossem os seguranças do hotel, não sei o que seria...”, contou ela, em entrevista para Andreia Sadi, na Globonews.

“Eu tive meu celular publicado em grupos de WhatsApp e [sofri] três tentativas de entrada em quarto de hotel. Coisas absurdas”, contou Ludhmila. A médica afirmou ter ficado “um pouco assustada” com as ameaças, mas disse que esse não foi o motivo de ter recusado o convite de Bolsonaro. “Eu não tenho medo. São pessoas radicais, que estão polarizando o Brasil”, disse.

Ao falar sobre a conversa com Bolsonaro, a cardiologista disse que não houve consenso com o presidente. A médica deixou claro que sua prioridade é salvar vidas, com base na ciência.

“O Brasil precisa de protocolos, e isso é para ontem. (...) Nós estamos discutindo azitromicina, ivermectina, cloroquina. É coisa do passado. A ciência já deu essa resposta. Cadê um protocolo de tratamento? (...) Perdeu-se muito tempo na discussão de medicamentos que não funcionam”, prosseguiu a médica.

“O cenário no Brasil é bastante sombrio. O Brasil vai chegar em 500 mil, 600 mil mortes”, projetou, avaliando a situação atual da pandemia no país.

“Penso para isso, neste momento, para reduzir as mortes, tem que reduzir a circulação das pessoas, de maneira técnica e respaldada por dados científicos. E um Ministério da Saúde forte pode dar esse respaldo que os governos estaduais precisam, esse apoio e essa união. Penso e considero ser emergencial a abertura de leitos com capacitação estrutural e humana”.

“O Brasil tem que falar com a OMS, tem que falar com o mundo todo, tem que pedir ajuda e tem que ser ágil na aquisição de vacinas. A gente esperar que a população seja vacinada até dezembro, a gente vai perder muitas vidas”, defendeu Ludhmila.

Enquanto conversava com a médica, indicada por deputados da base política do governo, Bolsonaro estimulava suas milícias a atacar as medidas de combate ao coronavírus defendidas por ela.

“Infelizmente, acho que esse não é o momento para que eu assuma a pasta, principalmente por motivos técnicos. Eu sou médica, cientista, tenho todas as minhas expectativas em relação à pandemia. Eu acho que isso está acima de qualquer ideologia, essa é a minha posição. Eu fiquei honrada com o convite, mas pautei minha vida toda na ciência”, disse Hajjar, momentos após ter recusado a pasta, em entrevista à CNN.

“Se o presidente me chamou para conversar, [acreditei que] é porque ele realmente estava interessado em mudar. Eu sou uma pessoa conhecida, minhas ideias já estão disseminadas [a favor da vacinação, do distanciamento social e contrária à cloroquina]. Realmente eu acreditei em uma mudança de paradigma. Talvez tenha sido ingenuidade minha como cidadã brasileira”, disse a Dr^a Ludhmila à GloboNews.

PGR recorre da decisão do STJ que anulou quebra de sigilo de Flávio Bolsonaro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) entrou com um recurso contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que anulou as quebras de sigilos do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-SP) no inquérito das “rachadinhas”.

A PGR pediu para que o caso seja analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), instância superior ao STJ.

A Quinta Turma do STJ decidiu anular todas as quebras de sigilos da investigação da rachadinha. Flávio Bolsonaro, quando era deputado estadual, ficava com parte do salário de seus assessores, muitos deles fantasmas.

O crime foi flagrado em relatório do antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e foi confirmado pelas quebras de sigilos de Flávio Bolsonaro e de outros 94 investigados. Foram descobertos funcionários fantasmas, como a mãe e a ex-esposa do miliciano e assassino profissional Adriano da Nóbrega.

Foi com a quebra de sigilo que se descobriu que o senador usava sua franquia da Copenhagen, marca de chocolate, para lavar dinheiro.

As quebras de sigilos tinham sido autorizadas pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, em 2019.

Segundo reportagem do UOL, as quebras de sigilo também mostram que a prática da rachadinha também acontecia nos gabinetes de Jair Bolsonaro, que era deputado federal, e de Carlos Bolsonaro, vereador do Rio de Janeiro. Isso aconteceu porque os três trocavam assessores entre si.

O vice-presidente do STJ, Jorge Mussi, analisará o pedido e decidirá se há ou não questão constitucional para ser analisada pelo STF.

Pesquisa mostra que polarização Lula/Bolsonaro cansou o eleitor



Reprodução

Eleitores querem uma alternativa a Bolsonaro e Lula, aponta a Exame

Bolsonaristas espalha-vírus fazem atos pela morte em cidades do país

Xingaram as vacinas, deram gritos histéricos para as pessoas voltarem logo ao trabalho e aplaudiram o boicote de Bolsonaro à luta contra a pandemia

Apoiadores do espalhamento do coronavírus saíram às ruas neste domingo (14) em algumas capitais brasileiras, entre elas Brasília, Rio, São Paulo, Campo Grande, Belo Horizonte e Belém para protestar contra as vacinas e as medidas sanitárias de prevenção e proteção da população, tomadas pelos governos estaduais diante do agravamento da pandemia de Covid-19.

Os grupos eram reduzidos, mas muito barulhentos. Fizeram buzinações, atrapalharam o trânsito com carreatas e espalharam o vírus. Eles gritavam contra o uso de máscaras e a restrição às aglomerações e à movimentação não essencial das pessoas.

O grupo bolsonarista também manifestou posição contra a vacinação da população. Eles chamaram a CoronaVac, a vacina do Butantan, de vacina “xing ling” e gritavam que a “nossa bandeira não será vermelha”, numa alusão, provavelmente, ao fato da China estar fornecendo a maioria

das vacinas em uso no Brasil.

“Liberdade de ir e vir! Contra a ditadura dos governadores!”, berrou um manifestante pró-vírus flagrado pelas câmeras em São Paulo. Outro segura um cartaz com mensagem em inglês, a língua de Trump, guru de Bolsonaro e de toda essa gente.

Em Brasília, com apoio da deputada Bis Kicis (PSL-DF), nova presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, foi realizada uma carreata na Esplanada dos Ministérios defendendo a ampliação das mortes pelo coronavírus.

Só não houve mais aglomeração porque a Polícia Militar do DF impediu que eles parassem um carro de som nas imediações do Congresso Nacional. Os bolsonaristas querem que todos – os outros – voltem a trabalhar imediatamente, mesmo que estejam morrendo mais de 2 mil pessoas por dia.

A deputada Bia Kicis, investigada por incitar

golpes contra a democracia, compartilhou vídeo da carreata com o texto: “Brasília agora! Manifestação de apoio ao presidente”.

A deputada tem toda a razão em dizer que é favor de Bolsonaro. A manifestação foi contrária às vacinas, máscaras e contrasas medidas de proteção anti-vírus, por isso, ela diz que a carreata é a favor de Bolsonaro. É isso mesmo, Bolsonaro é o símbolo maior da luta a favor do vírus, contra a vida e pela morte.

Em Copacabana, cerca de 500 ativistas pró-vírus e pró-Bolsonaro também protestavam num carro de som em frente à praia contra os governadores, a vacina, a máscara e todas as medidas de proteção na pandemia.

Fizeram aglomeração e boa parte dos participantes não usava máscara. Muitos deles, para variar, defenderam o golpe contra a democracia. Os ataques histéricos pediam também o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e a intervenção militar.

De saída, Pazuello inventa 500 mi de doses de vacinas e diz não ter nada a ver com Manaus

Pouco antes de ser substituído por Marcelo Queiroga no cargo de Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello deu uma entrevista coletiva, na tarde desta segunda-feira (15), repetindo tudo aquilo que seu chefe manda ele dizer – e ele obedece. Aliás, é por isso que ele foi nomeado para o cargo. Diferente da Dra Ludhmila Hajjar, que recusou, neste final de semana, substituí-lo no cargo, porque pensa com a própria cabeça.

CLOROQUINA

Pazuello começou a entrevista reafirmando que os médicos brasileiros podem, se quiserem, tratar “precozemente” os pacientes com Covid-19, que cheguem às unidades de saúde. Disse isso gabando-se de que o governo garantiu o abastecimento dessas medicações. Ele estava se referindo nada mais e nada menos do que à cloroquina e à ivermectina, medicações sem nenhuma eficácia comprovada para o tratamento de Covid-19.

Em seguida, passou a fazer um balanço da vacinação no Brasil e das compras de vacinas contra a Covid-19. Apresentou mais um de seus cronogramas fictícios. Disse ele que o Brasil é o quinto país do mundo em vacinação. Na verdade, o Brasil é o 17º país do mundo em vacinação da população. Devido à sabotagem de Bolsonaro às vacinas, foi o 57º país do mundo a iniciar a imunização de sua população. Foram vacinados até agora pouco mais de 4% da população. Enquanto isso, o país se aproxima rapidamente de 280 mil mortos por Covid-19.

O mais cínico é que o mi-

nistro diz que já contratou 562,9 milhões de doses de vacinas. Só que a entrega dessas vacinas é para as calendas gregas. O senso de urgência passa longe do alardeado especialista em logística. Dizem os entendidos que, se ele entregar munição na velocidade que apronta as vacinas, o Brasil perde qualquer guerra em que participe.

Das 562,9 milhões de doses que ele diz ter contratado, apenas 20 milhões foram entregues. Por isso, só 4,5% da população foi vacinada. Ninguém aguenta mais a morosidade com que o governo federal conduz a busca por vacinas. E não é por incompetência apenas, é principalmente pela sabotagem aberta de Bolsonaro à vacinação da população. Não é por outro motivo que 23 governadores, diante desse vazio de governo, assinaram um pacto nacional, anunciando a compra de 38 milhões de doses da vacina russa Sputnik V.

MANAUS

Pazuello, na entrevista desta segunda-feira, disse que o Ministério – ou seja, ele e Bolsonaro – não tinha responsabilidade alguma na questão da falta de oxigênio em Manaus. “Eu faço primeiro uma pergunta a todos os brasileiros: o que o Ministério da Saúde tem a ver com produção, transporte, distribuição e logística de oxigênio?”, disse o ministro. “O ministério é o cliente do oxigênio. Paga pelo oxigênio. Coloca recursos nas secretarias de estado de Saúde para que o oxigênio seja fornecido. O resto não é nossa obrigação”, acrescentou Pazuello.

“No momento em que nós tomamos conhecimento

de risco de falta, a gente leva isso a quem de direito para que seja tratado. E estamos o tempo todo trabalhando juntos”. Na manhã desta segunda-feira, a Comissão Temporária Covid-19 do Senado aprovou requerimento de convocação imediata de Pazuello para fornecer informações sobre a oferta de oxigênio nos estados.

É impressionante. Em plena pandemia, uma emergência nacional, e o ministro da Saúde declara que seu órgão não tem nada a ver com a morte de dezenas de pessoas por falta de oxigênio. O mais grave é que as investigações mostram que ele sabia, dias antes, que iria ocorrer o colapso, e não fez nada. Agora sabemos porque ele não fez nada. Não era responsabilidade de sua pasta, disse ele na entrevista...

GOVERNADORES

A decisão dos governadores pela compra excepcional de vacinas foi tomada em razão da aprovação nesta terça (2) pela Câmara de projeto que facilita a compra de vacinas por União, estados, municípios e empresas. Segundo o projeto aprovado, enquanto durar a emergência em saúde pública causada pela Covid-19, os três entes federativos estarão autorizados a comprar vacinas e a assumir riscos relacionados a eventuais efeitos adversos pós-vacinação desde que a Anvisa tenha concedido registro ou autorização temporária de uso emergencial das vacinas adquiridas. A Anvisa pode autorizar vacinas que forem previamente validadas em 9 países, entre eles a Rússia.

S. C.

Pesquisa Exame aponta que uma maioria expressiva rejeita Bolsonaro, mas hoje o reelegeria numa disputa direta contra o ex-presidente Lula, no segundo turno. Já o governador do Maranhão, Flávio Dino, além de ter a menor rejeição, aparece com avaliação positiva para 7% dos eleitores brasileiros, à frente de João Dória (5%)

O grupo *Exame Invest* divulgou pesquisa quantitativa relativa às eleições de 2022, na última sexta-feira (12), já com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de volta ao jogo político-eleitoral.

A pesquisa foi realizada por telefone, com aplicação de questionário, com mil pessoas ouvidas, entre a última quarta e quinta-feira (11). A aferição traz dados interessantíssimos e revela o ânimo do eleitor brasileiro em relação ao próximo pleito presidencial.

Segundo Maurício Moura, fundador do Ideia, instituto especializado em opinião pública, o aspecto mais importante desta pesquisa, talvez seja, “a demanda explícita por um (a) novo (a) presidente que não seja nem Lula nem Bolsonaro”.

São 38% que concordam em buscar um ‘nem-nem’. O mais interessante é que esse grupo é mais concentrado nas [chamadas] ‘classes média e alta’ e nas regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste. Ou seja, concentram um relevante estrato [social] de votos no Brasil”.

“Em relação à seguinte frase: ‘Eu gostaria que o (a) próximo (a) presidente não fosse nem o Lula nem o Bolsonaro’, você:”, 38% concordaram, contra 33% que discordaram; 24% foram indiferentes e revelaram nem concordar, nem discordar; e 5% não souberam responder.

FORÇA DAS REDES

A pesquisa revela, por exemplo, a força das redes sociais na disseminação instantânea de informações. Dois ou três dias depois de o ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), ter anulado todas as condenações impostas pela Justiça Federal do Paraná ao ex-presidente Lula na Operação Lava Jato, 73% da população brasileira já tinha tomado conhecimento do fato. A decisão de Fachin se deu na última segunda-feira (8) e teve ampla repercussão na mídia nacional e internacional.

Na pesquisa, a pergunta foi direta: “Você sabia ou tomou conhecimento que o ex-presidente Lula (que não pôde ser candidato em 2018 por causa da Lei da Ficha Limpa) agora se tornou elegível por uma decisão do ministro do Supremo Edson Fachin?”. E 73% responderam que “sim”. Apenas 27% responderam que “não”.

Obviamente, a decisão monocrática do ministro Fachin causou reviravolta na cena política nacional, com repercussão internacional, e embaralhou o processo político-eleitoral de 2022, que se conduzia sob hegemonia eleitoral de Bolsonaro, a despeito da gritante e evidente péssima gestão que faz o presidente da República, em particular em relação à pandemia do coronavírus, que nos últimos dias tem tido mais de 2 mil óbitos por dia.

MODERAÇÃO

No item, “As chances de você votar em Lula aumentam ou diminuem caso um dos nomes abaixo seja vice dele:”, os pesquisados responderam assim: quando o candidato é **Guilherme Boulos**, do PSol, apenas 6% disseram que aumenta; 30% responderam que “nem aumenta nem diminui”; 47% revelaram que “diminui”; e 18% não souberam responder. Grosso modo, salvo melhor juízo, estes dados expressam que o eleitor rejeitará uma chapa, pode-se dizer assim, “esquerdista”.

Veja os números quando o vice é o petista e ex-prefeito de São Paulo, **Fernando Haddad**: 32% disseram que “aumenta”; 10%, que “nem aumenta nem diminui”; 45% disseram que “diminui”; e 13% não souberam responder.

Quando o governador do Maranhão, **Flávio Dino** (PCdoB) é colocado na chapa como vice de Lula, 50% revelaram que “nem aumenta nem diminui” as chances de votar no petista. Apenas 9% se animaram com a ideia; 22% rejeitariam; e 19% disseram “não sei”.

Flávio Dino tem a menor rejeição de todos os candidatos listados na pesquisa e aparece com uma avaliação positiva para 7% dos eleitores, à frente de Dória (5%).

Uma chapa com a empresária **Luiza Trajano**, dona das Lojas Magazine Luiza, não empolga, neste instante os eleitores. Apenas 2% revelaram que uma composição Lula/Luiza Trajano aumentaria as chances de votar no petista; 47% seriam indiferentes; 26% veriam as chances diminuírem; e 25% não sabem.

Com **Ciro Gomes**, do PDT,

como vice, que vive às turras com Lula e o PT, nos últimos tempos, 9% se empolgariam; 29% seriam indiferentes; 42% não votariam de jeito nenhum; e 20% não souberam responder. Mesmo Ciro não sendo nenhum “esquerdista”, os números revelam que, na média, o eleitor é avesso aos chamados “radicaismos”.

Embora, a bem da verdade e dos conceitos mais básicos de economia e de política, nem Lula, nem tampouco o ex-ministro sejam radicais. Ao contrário. Lula, à frente do governo entre 2003 e 2010, no plano econômico, foi um liberal clássico, no melhor estilo inglês; e Ciro é de centro-esquerda, mais inclinado à social-democracia, do tipo europeia.

Com a ecomilitante **Marina Silva**, que fora de períodos eleitorais, mantém equidistância do debate político, a pesquisa mostra que 6% se eriçariam com chapa Lula/Marina, que já foi do PT, e hoje é crítica mordaz do petismo/lulismo. Apenas 9% seriam indiferentes; 46% disseram não votar de jeito nenhum numa chapa com essa configuração; e 39% disseram “não sei”.

Numa chapa, aparentemente improvável, com o apresentador de TV e empresário **Luciano Huck**, da Globo, e muito cortejado por tucanos, como o ex-presidente FHC, e ex-comunistas, como Roberto Freire, os números mostram, que na média os eleitores não reconhecem identidade entre Huck e Lula, pois 42% não votariam de jeito nenhum numa chapa com esse perfil. Já 18% se empolgariam; 23% seriam indiferentes; e 17% disseram “não sei”.

“O levantamento também tentou mensurar quem seria o melhor vice para Lula [excluindo Fernando Haddad, que já é do PT]. No aspecto ‘quem mais traria novos votos’, a resposta foi Luciano Huck. Para 18%, o fato de o apresentador ser vice do petista aumentaria as chances de votar em Lula. A conclusão preliminar desses dados aponta para uma demanda por moderação do eleitorado em relação a uma chapa petista”, segundo Maurício Moura, fundador do Ideia, instituto especializado em opinião pública.

ALTA REJEIÇÃO

A pesquisa revela que há ainda muita rejeição a Lula e ao PT. Assim, o partido, o próprio Lula, a militância da sigla e os apoiadores-seguidores, que mesmo não sendo do partido, os chamados “lulistas”, que defendem e seguem com ardor o líder petista, precisam todos, calçar as “sandálias da humildade”. Vamos aos dados da verificação.

Pelos números examinados, o PT e Lula seguem com alta rejeição, embora o líder petista e a militância do partido neguem para fora dos limites da legenda que essa rejeição exista. Essa postura, se não for uma espécie de autoproteção e sim “negacionismo”, não se revela como a melhor prática para enfrentar esse fato da realidade do debate político nacional, que surgiu em 2013, nas jornadas de junho; ganhou força em 2016, nas eleições municipais; se comprovou em 2018, com a vitória do pior candidato, em rejeição ao PT; e se firmou ou consolidou em 2020, no pleito municipal, em que a legenda não elegeu nenhum prefeito de capital, desde a redemocratização, e viu sua legião de vereadores cair pela metade.

Na pergunta “E se os candidatos fossem esses e a eleição fosse hoje, em quem **VOCE NÃO VOTARIA DE JEITO NENHUM** para presidente do Brasil?”, a maior rejeição é a Lula, 42%; seguido por Bolsonaro (38%); João Dória (28%); Luciano Huck (26%); Ciro Gomes (23%); Sergio Moro (19%)

Guilherme Boulos (18%); Luiz Henrique Mandetta (15%); e João Amoedo (11%). E os indiferentes ou antipolíticos, que não rejeitam nenhum (13%), que rejeitam todos (1%); e os que não sabem (8%).

“A rejeição será um peso que o ex-presidente terá de lidar. Para 46% dos entrevistados, Lula e o PT não merecem voltar [ante 32% que dizem que sim, merecem retornar à Presidência da República] e 42% dizem que nunca votariam no ex-presidente. Há uma correlação evidente entre renda e rejeição ao petista. Quanto maior a renda, maior é a rejeição à volta do ex-presidente, lembra Moura.

Integra do texto em www.horadopoovo.com.br

M. V.

Consórcio NE fecha compra de 37 milhões de doses da Sputnik V

Articulação foi realizada pelos governadores do Nordeste. Imunizante desenvolvido pela Rússia será incorporado ao plano nacional de vacinação

Os governadores do Nordeste, organizados em consórcio, formalizaram a aquisição de 37 milhões de doses da vacina russa Sputnik V.

O anúncio da compra foi feita pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), coordenador do grupo, juntamente com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. O Ministério fará a intermediação na aquisição do imunizante, que passará a integrar o Plano Nacional de Imunização (PNI).

Diante da demora por parte da Anvisa na aprovação da fabricação da Sputnik V no Brasil pela União Química, cujo processo se encontra em análise no órgão, os governadores nordestinos, diante da gravidade da pandemia na região, como em todo país, intensificaram as negociações que resultaram na compra da vacina russa. Ao Ministério da Saúde não coube outro gesto senão avalizar a aquisição.

“Comunicamos o fechamento do contrato e tratamos com o Ministério da Saúde os termos para que a gente mantenha um regramento em que se tenha vacina para todo o Brasil e assim foi acertado com a procuradoria dos Estados, equipe jurídica do Ministério e advocacia geral da união para que até segunda-feira [15] o Ministério entre como interveniente e garanta que as 37 milhões de doses a partir de abril serão para todo o Brasil”, declarou o governador.

Wellington Dias disse ainda que todas as vacinas compradas por qualquer órgão público ou privado, neste momento, serão destinadas ao Plano Nacional. “Toda vacina comprada por municípios, Estados ou entidades privadas, será para o plano nacional de imunização e a distribuição será conforme a regra de fase 1, 2, 3 e 4 do Ministério da Saúde, conforme grupos prioritários”, disse Wellington.

O governador Flávio Dino (MA), que também participou, fez uma avaliação do encontro que formalizou a aquisição da vacina russa: “o nosso desejo é que esse esforço seja bem-sucedido, no sentido de obtenção de mais vacinas para o PNI. É um trabalho cotidiano garantir que vacinas cheguem ao Maranhão, sejam distribuídas

aos municípios e possam ser uma saída realmente eficaz para o combate à essas tragédias que nós estamos vendo todos os dias”, disse.

“O Brasil se atrasou no Plano Nacional de Vacinação. Agora nós estamos lutando, contribuindo efetivamente para que haja uma correção de rumos e haja mais vacinas para o nosso país”, complementou o governador.

Já o governador da Bahia, Rui Costa, disse que 2 milhões de doses devem ser entregues em abril. Segundo ele, todo o Brasil deve ser atendido e o país “não pode entrar numa lógica de salve-se quem puder”.

UNIÃO QUÍMICA

Na sexta-feira (10), o Ministério da Saúde assinou contrato para compra de 10 milhões de doses da vacina contra Covid-19 Sputnik V, produzida pelo instituto russo Gamaleya em parceria com a farmacêutica brasileira União Química. As doses deverão ser disponibilizadas no primeiro semestre. Devem ser entregues 400 mil doses até abril, 2 milhões até maio e 7,6 milhões em junho.

De acordo com o governo, o pagamento só será efetuado depois que a vacina tiver o uso liberado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Desde janeiro, a União Química tenta conseguir autorização para uso emergencial da Sputnik V, mas o pedido foi negado pela Anvisa.

Segundo a agência, faltavam documentos — e o processo está parado desde então.

O Ministério quer que a farmacêutica entre com um novo pedido de registro emergencial na Anvisa. “Agora, para que possamos efetivamente aplicar a Sputnik V em nossa população e realizar os pagamentos após cada entrega de doses dessa vacina, só necessitamos que a União Química providencie com a Anvisa, o quanto antes, a autorização para uso emergencial e temporário”, disse o Secretário Executivo da Pasta, Elcio Franco.

A vacina deve ser produzida em São Paulo e no Distrito Federal. De acordo com o Ministério da Saúde, ainda está em análise a celebração de outro acordo comercial de aquisição de imunizantes.

Estudo confirma eficácia da CoronaVac contra variantes de Manaus e Reino Unido

O presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas, confirmou na quarta-feira (10) a informação de que um estudo preliminar da instituição indicou que a vacina CoronaVac é eficaz contra as novas variantes do coronavírus.

O anúncio foi feito em meio ao pior momento da pandemia do no Brasil. Com um aumento recorde do número de casos e de mortes, impulsionado pelas aglomerações das festas de fim de ano e do carnaval e pela transmissão da variante de Manaus.

O imunizante produzido pelo Butantan foi submetido a um estudo feito por cientistas do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP). Por enquanto, foram analisadas amostras de sangue de 35 pessoas, e por isso o estudo é considerado preliminar.

A pesquisa foi realizada com amostras do soro de sangue obtidas durante a fase 3 de ensaios clínicos da CoronaVac. De acordo com o Butantan, as amostras são infectadas por novas variantes dentro de um cultivo de células, e assim é testada a capacidade dos anticorpos gerados pela vacina de combater as mutações do vírus.

O diretor do instituto disse que a CoronaVac se mostrou eficaz contra a variante de Manaus, conhecida como P1, e também contra outras três cepas que circulam no país: a do Reino Unido, da África do Sul e uma última que surgiu no Rio de Janeiro, a P2.

“Já sabíamos que os anticorpos da vacina do Butantan tinham eficácia contra variantes do Reino Unido e da África do Sul, e agora mostramos que têm

eficácia contra variantes P1 e P2”, afirmou.

Covas também comentou que o Butantan deve encaminhar ao Ministério da Saúde 1,2 milhão de doses de vacina nesta semana. “Na segunda, entregaremos 3,3 milhões. Em cinco dias serão 4,5 milhões”, afirmou. “Até o fim de março entregaremos 22,7 milhões de doses.”

22,7 MILHÕES DE DOSES DA CORONAVAC SERÃO ENTREGUES ATÉ MARÇO

Um novo lote contendo 1,2 milhão de doses da vacina do Butantan contra a Covid-19 foi encaminhado na quarta-feira (10) ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde. Com este carregamento, o Instituto já enviou ao governo um total de 17,3 milhões de doses da vacina.

Na próxima segunda (15), mais 3,3 milhões de doses serão encaminhadas ao Ministério da Saúde para posteriormente serem enviadas aos estados e distribuídas à população. “Em cinco dias, vamos entregar 4,5 milhão de doses, que é superior ao montante de vacinas que o Brasil recebeu de outras fontes”, afirmou Dimas Covas, na coletiva de imprensa..

Até o final de março, o Butantan terá entregue 22,7 milhões de doses da vacina contra a Covid-19. A expectativa é finalizar o primeiro contrato assinado entre Butantan e Ministério de Saúde, para a fabricação de 46 milhões de doses, até 30 de abril. O segundo contrato, para a produção de 54 milhões de doses, será cumprido até o final de agosto — um mês antes do previsto.



Doses do imunizante começarão a chegar ao Brasil a partir do mês de abril

Governadores denunciam omissão federal e alertam para risco de colapso total da Saúde

Em meio ao caos ocasionado pela pandemia, os governadores alertam para o risco de um colapso total dos hospitais públicos e privados do país até o fim de março. Em audiência nesta segunda-feira (15) da comissão temporária do Senado que acompanha a evolução da Covid-19, os governadores João Doria (SP), Renato Casagrande (ES), Flávio Dino (MA) e Eduardo Leite (RS) defenderam a necessidade de uma ação coordenada nacionalmente para evitar o desastre.

O governador de São Paulo, João Doria, disse que a pandemia de coronavírus provocou sobrecarga na rede hospitalar, especialmente nos leitos de UTI. Para ele, a estrutura está “à beira de um colapso total”.

“Jovens com 18, 19, 20 e 25 anos sendo hospitalizados em UTIs. São Paulo tem a mais robusta estrutura hospitalar da América Latina, em hospitais públicos e privados. Já estamos chegando quase a 90% da ocupação de todos os leitos e rapidamente tendo uma necessidade de disponibilizar mais leitos. E o problema não é disponibilizar mais leitos: é não termos recursos humanos. Não há condição de formar profissionais para as ações em UTIs. Estamos todos no Brasil vivendo um momento de profun-



SP, MA, ES e RS participaram da audiência no Senado

da dificuldade e à beira de um colapso total”, disse.

CUSTEIO

Durante a audiência, o governador do Maranhão, Flávio Dino, cobrou da União o pagamento por leitos de UTI criados nos estados. O estado entrou com ação no STF para assegurar o credenciamento das unidades de terapia intensiva, que foram desabilitadas no início deste ano.

Além do Maranhão, São Paulo, Ceará, Piauí e Rio Grande do Sul também recorreram ao STF sobre o tema. A ministra Rosa Weber acatou o pedido dos governos estaduais e determinou que o Ministério da Saúde retomasse os pagamentos. Entretanto, a pasta dirigida por Pazuello descumpriu a decisão.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) relembrou que dos 12 mil leitos fi-

nanciados em dezembro do ano passado, a União reduziu o pagamento para apenas 3 mil em todo o país. O governador paulista João Doria classificou como “inacreditável” a postura do Ministério da Saúde.

“A ministra Rosa Weber solicitou ao Ministério da Saúde que dissesse por que não está cumprindo a determinação de homologar os leitos. O Ministério da Saúde disse à Procuradoria-Geral da República que está homologando. Mas não está. Vamos denunciar isso. Em São Paulo, estamos cobrindo o custo no momento mais crítico da pandemia. É inacreditável o Ministério da Saúde desobedecer a uma determinação da Corte Suprema no meio de uma pandemia”, disse Doria.

Cidades brasileiras registram falta de oxigênio e Senado convoca ministro para explicar crise

Após o caos vivido em Manaus (AM), no início deste ano, agora, diversas cidades brasileiras enfrentam a falta de oxigênio para pacientes com covid-19. De Norte a Sul do país pessoas que precisam lutar contra o novo coronavírus estão correndo risco de perder a batalha pela vi da por falta do mínimo: ar.

Nesse contexto, a comissão do Senado que acompanha as ações contra a Covid-19 (CTCOVID19) aprovou, nesta segunda-feira, 15, um requerimento de convocação imediata do ministro da Saúde para dar explicações sobre a trágica situação.

O ministro também deve falar sobre as medidas e suporte do governo federal para evitar colapso do sistema de saúde e ampliar a capacidade de fornecimento de oxigênio. O pedido foi apresentado pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Styvenson Valentim (Podemos-RN). O presidente



da comissão, senador Confúcio Moura (MDB-RO), informou que colegiado vai ouvir o ministro na quinta-feira às 9h.

Durante a reunião, Randolfe destacou o despoimento de uma secretária municipal de saúde de Rondônia que alerta para um colapso do fornecimento de oxigênio nos próximos 15 dias, caso não haja uma providência imediata. “Eu queria

sugerir que nas próximas horas o ministro da Saúde ou o responsável pudesse se encontrar conosco, com esta comissão, para dar imediatamente resposta das providências que estão sendo tomadas. O cuidado desse requerimento é para que nós não deixemos que se repita uma situação tão dramática como aquela que ocorreu em Manaus no início do ano”, afirmou o senador.



Cidade se manteve fechada por 10 dias

Araraquara reduz número de contaminados em 58% após adoção de restrições

Após decretar um lockdown que durou dez dias devido à gravidade do crescimento de casos e internações provocadas pelo novo coronavírus, Araraquara (SP) viu os novos casos de Covid-19 caírem para quase um terço do total registrado antes do período de restrição total na cidade. Internações e óbitos, porém, seguem em alta.

A cidade (a 273 km de São Paulo) decretou lockdown em 21 de fevereiro a partir da circulação da nova variante e só permitiu que farmácias e unidades de saúde abrissem. O transporte coletivo não funcionou, os supermercados só puderam atender por delivery nos sete dias seguintes e a circulação de veículos e pessoas sem justificativa foi vetada.

Apontada pelos epidemiologistas como a única cidade do Brasil a ter realizado um lockdown de fato, Araraquara entrou na fase mais rígida de isolamento no dia 21 de fevereiro, quando a ocupação de leitos de UTI e enfermaria chegou a 100% e a curva de casos e internações crescia rapidamente em razão da circulação da nova variante do coronavírus, a P1. (conhecida como cepa de Manaus, mais transmissível e com agravamento de pacientes mais jovens).

Desde o início deste mês, mesmo sem o lockdown, o município continua na fase vermelha do Plano São Paulo (como todo o estado) e com funcionamento somente de setores essenciais, com a recomendação das autoridades de saúde para que a população só saia de casa se necessário e, se sair, use máscara e tome as medidas de higiene e prevenção.

Nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro, que antecederam a aplicação das restrições totais, a cidade registrou 456 novos casos da Covid-19. Nos últimos três dias, o total de novas infecções despencou para 170.

Desde o início do lockdown, até a última quarta-feira (10), a média móvel diária de novos casos de Covid-19 caiu de 189,57 para 108, uma redução de 43,02%.

Outra diminuição acentuada foi verificada no número de pessoas contaminadas com o coronavírus e que estavam em isolamento domiciliar (quarentena): 1.512 no início do lockdown e 635 no boletim desta quarta, queda de 58%.

Em relação às internações, os dias 25 e 26 de fevereiro registraram o pico: 247 pacientes com Covid-19 em UTIs e enfermarias do município. Desde o início da pandemia, nunca houve tantos pacientes internados como nesses dois dias. Nesta quarta-feira, são 177 pacientes em hospitais. Número ainda alto, mas 28,34% menor que a máxima registrada.

Os casos de Covid-19 registrados por semana epidemiológica também evidenciam a eficácia das medidas de isolamento social para a contenção da pandemia. Foram 1.327 casos entre 15 de fevereiro e 21 de fevereiro (a semana com maior número de confirmações), 1.120 entre os dias 22 e 28 do mesmo mês e 945 entre 1º e 7 de março (28,78% a menos que o começo do lockdown).

PELA CIÊNCIA, LUTAREMOS

O vereador araraquarense Guilherme Bianco (PCdoB) destacou que as ações mais restritivas foram pontuais, pois a situação em que avançava a doença, a cidade precisava responder: “Em 2020, as ações tomadas pelo poder público fizeram com que nossa cidade tivesse índices de mortalidade e transmissão da Covid-19 razoavelmente baixas. Infelizmente, logo em janeiro de 2021, houve um crescente absurdo na detecção de casos positivos e internações. Em Fevereiro, foi detectada a presença da cepa brasileira, e Araraquara se tornou o epicentro da crise do coronavírus no Brasil. Em algumas semanas, o sistema de Saúde, público e privado, foi ao colapso, com filas enormes para enfermaria e UTI, chegando a termos óbitos de pessoas em suas casas”, disse.

“O Lockdown foi a única alternativa, uma vez que o ritmo de vacinação ainda é muito baixo (como no país todo), mas também porque devíamos interromper o ciclo de transmissão do vírus. E uma decisão drástica, ninguém queria fazer isso, impedir que as pessoas de sair para trabalhar pelo seu sustento, ou mesmo ir ao mercado. A interrupção do transporte público, blitz para verificar o trânsito de carros e o fechamento de todas as atividades essenciais foram necessários para garantirmos o isolamento social”, disse.

Por fim, Bianco afirmou que é necessário continuar com as ações de enfrentamento à pandemia e continuar acreditando na ciência, pois só assim, poderemos nos livrar do epicentro dos casos mundiais.

“Devemos sempre seguir a ciência, e os especialistas nos apontaram que esse era o que devíamos ter feito, e com muita coragem fizemos. Nossa tarefa enquanto agentes públicos é de melhorar a vida das pessoas, no meio da pandemia é para salvar a vida das pessoas. Os dados divulgados mostrando que há dias não temos 100% de ocupação de leitos, que a taxa de contaminação caiu de 53% para 20% dos testes realizados e que o número de pessoas em quarentena caiu pela metade, só reforçam que a decisão do Prefeito Edinho, e que a defesa que fizemos na Câmara de Vereadores, estava mais que correta. Nossa luta agora é da ciência contra o obscurantismo, da vida contra a morte. Estamos do lado da vida”, disse Bianco.

Reprodução



Policiais reagem contra PEC 186 e convocam protestos

Policiais de todo o país estão em estado de alerta e mobilização contra o que as entidades representativas do segmento consideram “traição” do presidente Bolsonaro, que vem promovendo um verdadeiro desmonte dos serviços públicos, inclusive na área de segurança pública.

Nessa quinta-feira, a Câmara concluiu a votação da “PEC do arrocho”, como passou a ser chamada a PEC Emergencial (186) do governo. Na PEC, que tinha o objetivo de garantir o pagamento do auxílio emergencial aos mais necessitados este ano, foram incluídos gatilhos que acarretam no congelamento salarial de servidores, a vedação de criação de cargos e concursos públicos durante os próximos anos.

Em nota, os policiais que compõem a União dos Policiais do Brasil (UPB) afirmam que o “texto mantém vedações que poderão congelar vencimentos e a criação de novas vagas por até 15 anos, levando ao sucateamento do serviço público e das polícias brasileiras”. Na última semana, a pressão dos policiais garantiu que o desastre não fosse ainda maior e alterações deixaram de fora do texto a proibição de promoção ou progressão funcional de carreira dos servidores públicos.

Os policiais – militares, civis, federais e rodoviários federais – votaram majoritariamente em Bolsonaro na última eleição, após inúmeras promessas do governo em relação à valorização do segmento. “Policiais que acreditaram tanto que seriam finalmente respeitados, valorizados por um governo, estão extremamente decepcionados, desmotivados e pensando o que será dos profissionais de segurança pública durante esses 15 anos”, afirmou o presidente da Associação Nacional de Delegados de Polícia Federal (ADPPF), Evandir Paiva.

Segundo a PEC, essas medidas de arrocho poderão ser aplicadas pelos Estados e Municípios quando o projeto de lei do orçamento federal indicar que a despesa primária obrigatória (pessoal e previdência, por exemplo) atingir o teto de 95%.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis), Alison Souza, servidor do Tribunal de Contas da União (TCU) tomando como base o atual cenário, o arrocho vai durar até 2036. “O teto (da PEC Emergencial) é aplicado por órgão. Segundo projeção da IFI (Instituição Fiscal Independente Senado), o teto seria atingido em 2025 para muitos deles. O problema é que essa projeção tem por base um período em que não houve reposição inflacionária”. “Na prática, portanto, o espaço fiscal para reajustes é mínimo ou inexistente, como no caso da Defensoria Pública da União, desde já. O funcionalismo pode ficar sem reposição inflacionária até 2036”, afirma Souza.

A nota dos policiais esclarece ainda que o acordo que o governo afirma ter sido celebrado com a categoria nunca aconteceu e que sequer foi “chamada para negociação nesse sentido”.

Também desmentindo o governo, o presidente da FenaPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais) e uma das lideranças da UPB, Dovercino Borges Neto, chama de “fake news” o acordo que o governo diz ter feito.

Para fazer frente à “indignação” da categoria com a forma como estão sendo tratados pelo governo federal, as entidades estão mobilizando os policiais para uma carreta pela Esplanada dos Ministérios, no dia 17, em apoio e defesa da segurança pública, e atos dos servidores da segurança pública civil no dia 22, em frente a cada uma das unidades de trabalho.

Como protesto, a FenaPRF também está orientando as suas bases a adotarem uma postura de “lockdown na segurança pública”, isto é, “fazer apenas o básico”, como afirma Dovercino Borges: “Aquele risco a mais que a gente corria (nas ruas) com certeza vai parar, na segurança pública civil, federal e estadual. Vamos fazer um lockdown na segurança pública. Vamos fazer o básico. Não vamos dar o sangue, ter aquele empenho adicional”.

“A fim de deixar claro o descontentamento pelo tratamento injusto com o qual os profissionais de segurança pública civil, que mantiveram suas atividades durante toda a pandemia, vêm sendo tratados pelo governo federal, a UPB manterá sua mobilização, sobretudo ante ao novo desmonte que se avizinha qual seja: a reforma administrativa (PEC 32/20)”, diz a nota da UPB.



Reprodução



Dirigentes de servidores públicos repudiaram arrocho do governo

Servidores públicos ficarão 15 anos sem reajuste com aprovação da PEC do arrocho

Após pressão das entidades representativas dos profissionais de segurança, apoiada por congressistas oriundos das forças armadas e policiais (militares, civis e federais), a Câmara retirou do texto da chamada “PEC Emergencial”, a proibição de promoções ao funcionalismo do país em período de calamidade.

Todavia, os demais gatilhos de contenção de gastos foram mantidos, como as proibições de reajustes a servidores civis e militares e de concursos.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), informou, pelo Twitter, que a promulgação da PEC vai ser na próxima segunda-feira (15), em sessão do Congresso, convocada para as 10h. “Realizaremos, na próxima segunda-feira, Sessão do Congresso Nacional para a promulgação da PEC Emergencial (186/19), que permitirá a retomada do pagamento de auxílio emergencial aos mais necessitados do Brasil”.

Segundo as categorias, com a medida, o serviço público enfrentará 15 anos de congelamento salarial.

Por esta razão, a PEC não tem nada de emergencial, assim, portanto, apelidá-la de “PEC do arrocho” é mais adequado, pois, ao fim e ao cabo, é isso que vai acontecer com os servidores públicos — com impactos negativos em toda a sociedade —, na prática, com a aprovação da proposta pelo Congresso Nacional.

O governo se utilizou da profunda crise ocasionada pela pandemia do coronavírus para embutir na “PEC do arrocho” os pressupostos para concessão do auxílio emergencial. Um oportunismo sem igual, se valer das dificuldades do povo para impor ajuste fiscal num momento que deveria fazer o oposto. Nenhum país relevante do mundo faz o que o governo Bolsonaro está fazendo, com apoio da maioria do Poder Legislativo.

Apesar de projeção da IFI

(Instituição Fiscal Independente) do Senado indicar que a austeridade ocorrerá somente a partir de 2025, o presidente do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo), Alison Souza, servidor do TCU (Tribunal de Contas da União), ressalta que, tomando como base o atual cenário, o arrocho vai durar até 2036.

“Não é possível afirmar que o congelamento ocorrerá somente a partir de 2025. O teto [da PEC Emergencial] é aplicado por órgão. Segundo projeção do IFI [do Senado], o teto seria atingido em 2025 para muitos deles [desses]. O problema é que essa projeção tem por base um período em que não houve reposição inflacionária”, argumentou o dirigente.

“Na prática, portanto, o espaço fiscal para reajustes é mínimo ou inexistente, como no caso da Defensoria Pública da União, desde já. O funcionalismo pode ficar sem reposição inflacionária até 2036”, detalhou.

ESTADOS E MUNICÍPIOS

As vedações atingem estados e municípios quando as despesas chegarem a 95% da receita. Ainda que as medidas sejam facultativas aos entes subnacionais — estados e municípios —, as categorias do setor público ressaltam que o cenário já aponta para o acionamento dos gatilhos.

Os deputados rejeitaram destaque do PSol, que pretendia acabar com a restrição para aumentos salariais. O impedimento de progressões funcionais foi extraído do texto como saída encontrada pelo líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), diante da possibilidade de a Casa aprovar destaque do PT que suprimiria todos os mecanismos de ajuste.

A medida também foi fruto de acordo entre os partidos após articulações do setor público, sobretudo das entidades de servidores da segurança pública “OFENSA” A POLÍCIAIS

O arrocho promovido pela PEC 186 pode causar apagão

na polícia. A avaliação é dos próprios agentes, que cogitam paralisação. Os representantes das forças de segurança fizeram pronunciamento em repúdio ao governo, que condicionou o novo auxílio emergencial à aprovação dos ajustes fiscais.

“A PEC é uma chantagem e decreta o lockdown [fechamento] da segurança”, disse André Gutierrez, presidente da Cobrapol (Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis).

“Soa como uma ofensa para nós. Desde 2016 não temos nenhum tipo de negociação salarial. Na pandemia, o congelamento é necessário, mas não por 15 anos”, declarou o presidente da ANDPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), Edvandir Paiva.

ESCLARECIMENTO

A “PEC Emergencial” original não é do Senado. Embora seja formalmente, já que foi subscrita pelo líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Originalmente, entretanto, a proposta é do governo. Trata-se do pacote chamado “Plano Mais Brasil”, em que está contida a “PEC Emergencial” (PEC 186/19), já aprovada pelo Congresso, além da PEC dos Fundos Públicos (PEC 187/19) e a PEC do Pacto Federativo (PEC 188/19), ainda, em tramitação no Senado.

As propostas começaram a tramitar pelo Senado, mesmo sendo originalmente e politicamente do governo, em razão das divergências do presidente Bolsonaro, com o ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Todas as proposições externas, do presidente da República, do Poder Judiciário, dos governadores, dos prefeitos, enviadas ao Congresso Nacional, começam a tramitação pela Câmara dos Deputados.

M. V.

Trabalhadores e deputados debatem ação contra projeto que privatiza os Correios

Nesta quinta-feira (11), representantes dos trabalhadores dos Correios reuniram-se com deputados federais para discutir a reação contra o projeto de lei de privatização da estatal enviada por Bolsonaro ao Congresso.

As entidades repudiaram o projeto do governo afirmando que a privatização da estatal atingirá um setor estratégico do país, além de levar à precarização do serviço à população.

“O reconhecimento de que os Correios são lucrativos, viáveis, que vão aonde os entregadores privados não vão, por falta de interesse econômico, e que são vitais para a garantia de direitos da população, esteve presente em todas as intervenções na reunião”, diz nota da Findect.

Como representantes do Poder Legislativo participaram do encontro o deputado federal Leonardo Monteiro (PT), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios, Pompeo de Mattos (PDT), coordenador da Frente Parlamentar pela Preservação da Soberania Energética Nacional Mantendo e Fortalecendo as Concessionárias Públicas de Energia Elétrica e a deputada federal Maria do Rosário (PT), que compõe a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento do SUS.

Para o deputado Leonardo Monteiro, a privatização dos Correios é parte do desmonte do Estado. “O desgoverno Bolsonaro confirma tudo aquilo que falamos dele. Autoritário do ponto de vista político, insensível do ponto de vista social, negacionista do ponto de vista sanitário e entreguista do ponto de vista da soberania do país”, afirmou o deputado em nota após envio do projeto ao Congresso.

“[A ETC é uma] empresa vital para a integração nacional, com 350 anos de existência, presente em todo o território nacional”. “Assegura os serviços postais e de encomendas, em todo o território nacional, seja nos grandes centros urbanos, como nos rincões mais distantes desse país continental chamado Brasil”.

“Estaremos aqui no parlamento, como presidente da Frente parlamentar mista em defesa dos Correios, para nos somar aos trabalhadores da empresa, aos democratas e nacionalistas de nosso país para resistir e impedir mais esse ataque à nossa soberania e ao desmonte do estado brasileiro”, afirma o deputado.

José Aparecido Gandara, representante da Federação Interestadual dos Sindicatos

dos Trabalhadores dos Correios (Findect), afirmou em sua exposição que a estimativa é de que a estatal tenha mais de R\$ 1 bilhão de lucro em 2021, e que apesar disso sua direção impõe planos de demissão para enxugar o quadro funcional e busca meios para viabilizar a privatização às custas dos trabalhadores.

“Um dos resultados disso é a queda do número de funcionários de 130 mil para 98 mil em poucos anos”, lembra a Findect.

Também se reuniram com parlamentares representantes do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Rio de Janeiro (SINTECT-RJ). Em encontro com deputado federal Paulo Ramos (PDT-RJ), os dirigentes da entidade pediram apoio ao movimento contra a privatização da empresa.

“Paulo Ramos se comprometeu em apoiar a luta dos trabalhadores Ectistas em barrar a Privatização dos Correios e organizar a Frente Parlamentar em defesa dos Correios no Rio de Janeiro. Também se comprometeu em dialogar com os demais parlamentares em organizar os encaminhamentos e as estratégias políticas e jurídicas contra o projeto de privatização”, afirma a entidade.

Em Live do HP, sindicalistas denunciaram medida do governo que ataca funcionalismo

Em Live realizada nesta quinta-feira pelo HP, mediada por Carlos Pereira, lideranças sindicais dos servidores públicos debateram a atual crise sanitária, econômica e política do país, discutindo também os ataques de Bolsonaro contra o funcionalismo público.

Flávio Werneck, dirigente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), destacou que “a estratégia desse governo é destruir a Constituição de 88. E faz isso atacando as instituições, dizendo que o judiciário não funciona, que a polícia não tem que ser de Estado, mas de governo, e todas as demais instituições, Banco Central, Receita Federal, Coaf”.

“Tudo é feito de maneira a demonstrar que nada disso funciona. Faz isso para sucatear, vender o que pode ser vendido a preço de banana. É tudo parte de uma estratégia de governo, para conseguir passar coisas como a PEC 186. Uma emenda à Constituição de reforma administrativa utilizando a necessidade do auxílio emergencial à população de uma quantia, e ainda diminuindo essa quantia para 200, 250 reais. E pede como contrapartida que aperte mais o serviço público, dando mais um passo no sucateamento do serviço público, o que atingirá diretamente a população, aquele atendimento direto da população, do INSS, o enfermeiro, os policiais”.

FACA NO PESCOÇO

“Se é emergencial por que não fez via Medida Provisória? Não. O que o governo fez foi meter a faca no pescoço dos servidores, do Congresso Nacional, dizendo que só tem auxílio emergencial se aprovarem esse arrocho nos serviços públicos, quando uma MP resolveria”.

“Isso só mostra que esse governo não está preocupado com o Brasil, e sim com os banqueiros. R\$ 1,2 trilhão destinado aos bancos e apenas 40 milhões para o auxílio. Como vai dizer que não tem dinheiro? É opção de governo, e a opção deste governo é acabar com o serviço público”, ressaltou Werneck.

Para João Domingos, estamos vivendo o momento mais grave da crise brasileira em que “todo o Brasil pode, em breve, estar vivendo aquela situação de Manaus. E nessa circunstância que estamos debatendo vacina, emprego e renda nesse momento”.

“Hoje, a única preocupação do governo é perseguir o funcionário público, fazer ajuste em cima de demissão e congelamento de servidor, quando deveria estar preocupado com a vacinação em massa. Não existe possibilidade de termos emprego e renda sem vacinação em massa. E a preocupação do governo é acabar com o resto do Estado. Hoje, o serviço público é o servidor que está na ponta, entre a morte indigna das pessoas e essas determinações da política governamental”, afirmou Domingos.

RESPOSTA POLÍTICA

Sebastião Soares, do Observatório Sindical Brasileiro Clodesmidt Riani, destacou que “agora, o momento é de salvar vidas, tirar o Brasil desse abismo. E hora de gerar emprego, de acabar com o sofrimento de milhões de brasileiros. É hora de rever isso com uma política econômica voltada para o povo e não para os banqueiros. É hora da retomada do Estado, criando um modelo de desenvolvimento nacional, autônomo e soberano”.

“E para isso é necessário

darmos uma resposta política a essa situação atual, com uma poderosa frente ampla com democratas de todo o país para derrotar o governo Bolsonaro. E hora também de o movimento sindical assumir a sua função como agente transformador desse processo”, ressaltou Sebastião.

Para Antonio Augusto, presidente do Sindicato dos Servidores de Nível Universitário do Rio Grande do Sul, “estamos num momento em que passamos de 270 mil mortes, e mais de 2 mil mortes diárias. Um momento muito triste e com um total desgoverno. Um governo que utiliza a maior tragédia sanitária para tripudiar em cima do povo, da sobrevivência do povo”.

“Vem para aprovar essa PEC 186. Como vimos, isso tudo começou lá com a Emenda 95, com a contrarreforma trabalhista e, agora, precisamos, mais do que nunca, da união dos trabalhadores, que são o motor da história”.

“Querem transformar o Estado em subsidiário, colocar a lógica de mercado no serviço público. Estão acabando com a Constituição Cidadã, entregando os direitos sociais a essa lógica de mercado. Para isso, utilizam dados falaciosos, dizendo que temos excesso de servidores. O Brasil tem 12% de servidores, quando a média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne 37 países) é 21%”, ressaltou Antonio.

PANDEMIA E AS MULHERES

Katia Rodrigues, presidente da Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos, falou de como as mulheres sentem de maneira mais acentuada os efeitos da crise causada pela pandemia, tanto pela questão econômica como emocional. “As mulheres perderam o emprego, perderam renda, muitas são as mulheres negras, e o mercado não enxerga essas mulheres. E além disso, muitas mulheres sofreram de depressão. E ainda mais grave, a violência contra as mulheres nesse período atingiu dados alarmantes”, afirmou Katia.

Para Lineu Mazano, presidente da Federação dos Funcionários Públicos de São Paulo, as consequências das reformas trabalhistas, da previdência e agora da reforma administrativa são desastrosas para os trabalhadores. “Estamos com queda do salário médio, aumento recorde de desemprego. A pandemia foi um prato cheio para o governo Bolsonaro, que, se utilizando de um decreto de ‘calamidade pública’, se aproveita para atacar os direitos dos trabalhadores”.

Daro Piffer, dirigente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL), afirmou que “a negação da pandemia fez com que o governo não tomasse nenhuma ação em tempo hábil, o que nos trouxe a essa crise de hoje. Negou que iria ocorrer um problema e entramos numa disputa interna que só vai se arrastar, isso porque o governo não assumiu o que deveria”, destacou Daro.

João Paulo, da Fasubra, falou da importância do debate da organização do movimento sindical, ressaltando que o ‘fora Bolsonaro’ não é um slogan, e sim uma questão de sobrevivência. “Na contramão de todo o mundo, o governo Bolsonaro se negou a comprar vacina. Foi passear em Israel e teve que usar máscara. Voltaram com máscara e sem spray nenhum. Nós queremos ‘fora Bolsonaro’ porque queremos que os brasileiros sobrevivam”, ressaltou.

Cresce apoio parlamentar a impeachment no Paraguai pela má gestão da Covid

A bancada do partido Pátria Querida do Paraguai anunciou que apoiará o processo de impeachment contra o presidente, Mario Abdo Benítez, enquanto cresce nas ruas a mobilização popular contra a má gestão durante a pandemia do coronavírus e a política de arrocho a que submete o país.

Em sua conta no Twitter, Pátria Querida registrou que “acompanhará com seu voto o julgamento político contra as autoridades do Poder Executivo”. O partido argumentou que sua decisão se deve ao fato de que “o estado de convulsão social exige que suas autoridades respondam por suas ações”.

Assim, Pátria Querida somou-se ao pedido do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) do Paraguai, que informou o início de um processo de impeachment no Congresso contra o presidente e contra o vice-presidente Hugo Velázquez.

Para que o procedimento avance na Câmara dos Deputados, as bancadas precisam de 53 votos em um total de 80 legisladores.

Até esta segunda-feira, o Partido Liberal Radical Autêntico conseguiu chegar a um consenso de 29 votos, segundo o legislador Edgar Acosta. Com o apoio de Pátria Querida, somariam mais quatro cadeiras, totalizando 33 votos.

A partir daí, devem ser firmados acordos com os demais setores políticos para a obtenção do total de 53 votos necessários para levar adiante o processo acusatório.

Desde a última sexta-feira, os protestos têm se intensificado para exigir a demissão imediata do presidente, pelo caos na saúde e também pelo agravamento da crise econômica, que espalhou o desemprego e a carestia que levou à renúncia do ministro da Saúde, Julio Mazzoleni. Nesse mesmo dia, o presidente Mario Abdo Benítez nomeou Borba Vargas, cirurgião de profissão, ministro interino.

Após o recrudescimento da pressão nas ruas, Benítez também anunciou no sábado, 6 de março, a substituição do ministro da Educação, Eduardo Petta; a Ministra da Mulher, Nilda Romero; e o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Juan Ernesto Villamayor.

No entanto, a rejeição da população ao governo continua e a tensão aumentou, após a resposta da polícia para reprimir as manifestações. Na noite de terça-feira (09), milhares de pessoas se reuniram nas proximidades do Congresso para exigir a saída do presidente e de seus principais colaboradores. Desde o início dos protestos, uma morte e pelo menos 20 feridos foram registrados.

O governo Benítez tem sido fortemente criticado pela gestão inadequada para vacinar a população. Até o dia (10), o país recebeu apenas 24 mil doses destinadas a profissionais de saúde. Desse total, 4.000 correspondem ao Sputnik-V e 20.000 à vacina Coronavac, entregues pelo Chile a título de doação.

Mario Abdo Benítez não tem dado declarações sobre as reivindicações dos cidadãos. Enquanto o vice-presidente e os assessores políticos do governo tentam desacreditar a auto-convocatória dos protestos, o presidente fica mudo diante dos pedidos de demissão ou impeachment devido à péssima situação do sistema de saúde na pandemia. A única vez que ele se dirigiu ao público foi por meio de uma mensagem gravada no domingo passado.

O nível de ocupação de leitos nos hospitais do país chega a 99%. Já na capital Assunção é de 100%, explicou a diretora de Terapias do Ministério de Saúde Pública, Leticia Pintos. Ela acrescentou que nas salas comuns chega a 75%. “Essa situação não ocorria nos meses anteriores, onde nas salas comuns a ocupação dos leitos chegava a 55%”.

Lavrov propõe restauração plena do Acordo Nuclear através de “ações sincronizadas EUA-Irã”

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, em visita aos Emirados Árabes, propôs que para restaurar por completo o Acordo Nuclear (‘Plano Conjunto de Ação Abrangente’, JCPOA) sejam desenvolvidos “passos sincronizados, simultâneos, estágio por estágio, que devem ser dados pelos iranianos e pelos EUA”.

“Se continuarmos a discutir quem deve ser o primeiro a retornar às suas obrigações, as negociações podem durar para sempre”, disse.

Ele acrescentou que Moscou dá as boas-vindas à intenção de Washington de voltar ao JCPOA, o que no entanto “ainda não foi implementado porque os EUA estão descobrindo como fazê-lo”.

Lavrov também rejeitou pedidos de uma “versão atualizada” do acordo de 2015, pois a restauração plena do acordo não deveria ser “sobrecarregada” com outros assuntos, como pretendem os que pressionam pela inclusão do programa de mísseis convencionais iraniano e do ‘papel regional’ do país.

Foi a retirada unilateral dos EUA do acordo em 2018 sob Trump e sanções ilegais que decretou que causaram a crise que agora é preciso consertar. Trump tentou matar de fome o povo iraniano, proibindo até exportação de petróleo, e decretando sanções ‘secundárias’ sobre quem ousasse fazer negócios com o Irã.

Apesar de terem se mantido formalmente no JCPOA, França, Inglaterra e Alemanha na prática não cumpriram compromissos assumidos no acordo. O que levou Teerã a aplicar medidas retaliatórias previstas pelo próprio JCPOA (artigos 26 e 36), com suspensão paulatina de cláusulas do acordo.

Biden tem dito repetidamente da disposição de retornar ao acordo, mas na prática manteve a política brutal de sanções de Trump, sob estranha alegação de que a vítima, o Irã, é que deve voltar ao cumprimento total do acordo, rompido pelos EUA que romperam. Biden era vice de Obama, que assinou o acordo.

A Rússia vem trabalhando incansavelmente para a redução das tensões no Golfo Pérsico, e está propondo uma conferência de segurança com os países da região do Golfo Pérsico que, acredita, poderá se tornar uma plataforma para o renascimento do JCPOA.

“Estamos confiantes de que se a conferência de segurança na área do Golfo proposta por nós for estabelecida com base nos princípios de respeito pelos interesses mútuos, com base na igualdade e na necessidade de chegar a compromissos mutuamente aceitáveis, então podemos discutir qualquer questão durante esta conferência, quaisquer preocupações que os lados tenham um com o outro”, concluiu Lavrov.

O Irã convocou Washington a dar meia-volta da política de ‘pressão máxima’ para “um compromisso completo, uma implementação efetiva e, em seguida, um retorno” para o acordo.

“O governo dos EUA está dirigindo do lado errado da rodovia, pensando que quem vem da direção oposta está indo na direção errada”, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Saeed Khatibzadeh.

Jordânia demite ministro da Saúde após mortes por falta de oxigênio



Carro do rei Abdullah II foi cercado por manifestantes diante do hospital

Papa pede “solidariedade internacional ao povo sírio e à reconstrução do país”

O papa Francisco apelou, neste domingo (14), pelo fim do conflito na Síria e pela “reconstrução do tecido social” no país. Ele pediu “um compromisso construtivo, decisivo e renovado de solidariedade por parte da comunidade internacional para que, seja possível reestabelecer o tecido social e iniciar a reconstrução e a recuperação econômica”.

O pontífice lamentou que dez anos do “sangrento conflito na Síria” geraram “um dos maiores desastres humanitários dos nossos tempos: um número indeterminado de mortos e feridos, milhões de refugiados, milhares de desaparecidos, destruição, violência de todo tipo, sofrimento desumano para toda a população, principalmente para os mais vulneráveis como as crianças, as mulheres e os idosos”.

O papa acaba de regressar de uma visita ao Iraque num percurso em que se colocou como “peregrino da paz” em favor do entendimento e da convivência pacífica e construtiva entre as etnias e credos iraquianos.

Com relação aos dez anos do conflito provocado na Síria, também se posicionou o ministro do Exterior da Rússia, Sergey Lavrov, condenou as sanções promovidas pelos Estados Unidos contra o país.

“O processo de reconstrução na Síria não é fácil porque as sanções impostas pelos Estados Unidos e estas ações não atingem somente o governo sírio, mas todo o povo”, declarou o chanceler russo.

Ele conclamou a todos os governos a combaterem “o terrorismo, os movimentos separatistas dentro do território sírio”.

Lavrov referiu-se aos encontros de Astana como



Papa lamenta “sofrimento em 10 anos de conflito”

uma base para a resolução da crise na Síria dentro e de acordo com as resoluções da ONU sobre o conflito.

“Chegamos a uma aproximação dos pontos de vista sobre a situação na Síria em vários aspectos e expressamos nossas visões sobre a solução política para a crise”, declarou e ressaltou ainda a importância de uma ajuda humanitária e o acesso dessa ajuda ao povo sírio e que, tanto a Rússia quanto a Síria estão dispostos a fornecer toda a assistência e apoio necessário ao trabalho do enviado especial da ONU à Síria, Geir Pedersen.

Rússia e China acordam construção conjunta de estação científica lunar

Rússia e China assinaram um memorando de entendimento para a construção conjunta de uma estação lunar internacional de pesquisa, anunciaram a estatal russa espacial Roscosmos e a Agência Espacial Nacional da China (CSNA). O documento foi assinado por Dmitry Rogozin, pela Roscosmos, e por Zhang Kejian, pela CSNA, em nome dos respectivos governos, em cerimônia por videoconferência na terça-feira (9).

“A empresa estatal Roscosmos e CNSA ... contribuirão para a cooperação na criação de uma estação lunar internacional de acesso aberto a todos os países interessados e parceiros internacionais, com o objetivo de fortalecer a interação da pesquisa científica, promovendo a pesquisa e usando o espaço exterior para fins pacíficos em interesse de toda a humanidade”, disse a estatal espacial russa em um comunicado.

Como registrou a CNSA, “os dois lados vão defender o princípio de consulta conjunta, construção e compartilhamento, para impulsionar a cooperação em relação à construção da estação de pesquisa internacional na Lua”. O projeto visa aumentar o intercâmbio científico e injetar impulso para a exploração e uso pacífico do espaço pelos seres humanos, acrescenta o comunicado.

A estação lunar científica e de pesquisa internacional será uma base abrangente para experimentos autônomos de longo prazo, fornecendo uma plataforma com a tarefa de permitir a exploração e o uso da Lua e uma série de experimentos científicos básicos e projetos de verificação de tecnologia na superfície lunar ou na órbita lunar, enfatizou a agência espacial chinesa.

Usando a experiência acumulada em ciência espacial, P&D e uso de equipamento espacial e tecnologia espacial, a China e a Rússia formularão em conjunto o roteiro para a construção da estação lunar, trabalharão estreitamente no planejamento, projeto, implementação e operação da estação, o que também inclui a promoção do projeto junto à comunidade aeroespacial internacional.

Em novembro de 2017, Roscosmos e CNSA assinaram um programa de cooperação espacial para 2018-2022. Compreende seis seções: o estudo da Lua e do espaço profundo, ciência espacial e tecnologias relacionadas, satélites e seu uso, base de componentes e materiais, cooperação nos dados de sensoriamento remoto da Terra e outras questões.

Como sucessora da União



Estação lunar servirá de base para experimentos

Foi preso Abdel Razak al Khachman, diretor do hospital onde morreram sete pacientes após a suspensão do fornecimento de oxigênio

O ministro da Saúde da Jordânia, Nazir Obeidat, e vários altos dirigentes da pasta foram sumariamente demitidos, neste sábado, após a morte de sete pacientes, vítimas de Covid-19, por falta de oxigênio em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O incidente ocorrido num hospital público de Salt, próximo a Amã, já havia causado a prisão do diretor da unidade, Abdel Razak al Khachman e de quatro funcionários.

Até o momento, as investigações da Procuradoria Geral de Amã, apontam que as mortes foram causadas por um corte de energia, que provocou a suspensão do fornecimento de oxigênio por duas horas. Diante da indignação da população, a polícia precisou cercar o hospital.

A comoção fez com que o rei da Jordânia, Abdulah II se deslocasse até o local. “Como algo assim pode acontecer aqui? Como é que não há oxigênio neste hospital? Isso é inaceitável”, gritou o governante, visivelmente irritado, ao diretor Khachman.

O primeiro-ministro Bisher al Jasauné prometeu que tudo será apurado de forma “transparente e exaustiva” e nomeou, temporariamente, para a Saúde o ministro do Interior, Mazen Al Faraya. Solidário aos familiares, Faraya

também se comprometeu a esclarecer o que causou o corte de energia e a punir os culpados.

“Todos os responsáveis por esta decisão sofrerão as consequências de acordo com as disposições da lei”, reiterou Al Jasauné em nota divulgada.

‘Este é um erro grosseiro que não pode ser justificado ou aceito. Sinto vergonha disso e não vou justificá-lo’, disse o primeiro-ministro.

“De acordo com um novo relatório, quatro homens e três mulheres com mais de 40 anos morreram”, disse Adnane Abbas, diretora nacional de medicina legal. “Depois da necropsia e das amostras de pulmão das vítimas, há indícios claros de que as mortes ocorreram por falta de oxigênio”, acrescentou.

O governo fez uma declaração para que se estabeleça o estado de alerta em nível máximo em todas as unidades hospitalares para evitar que se produza qualquer incidente semelhante.

A Jordânia tem registrado uma retomada extraordinária de casos nas últimas semanas até registrar os piores dados desde o começo da pandemia, que deixou mais de 465.000 contagiados (7.700 nas últimas horas) e 5.200 mortos em todo o país de 10 milhões de habitantes.

“Desmantelamento da saúde pública comprometeu a vacinação no Equador”, diz candidato opositor

“O desmantelamento da saúde pública, com a demissão de seis mil servidores, comprometeu a vacinação no Equador e agora cobra o seu preço em mortes”, afirmou o economista Andrés Arauz, candidato à presidência do Equador nas eleições de 11 de abril, em debate, segunda-feira (8), na Associação Equatoriana de Radiodifusão (ERA).

Em cadeia nacional com a participação de 369 emissoras de rádio, Arauz alertou para a gravidade do momento atual em que, oficialmente, o número de mortes supera as 16 mil e os de contagiados o de 290 mil para uma população de 17,8 milhões.

“Nosso país se encontra hoje entre os com mais perdas humanas per capita da América Latina”, lamentou o candidato da União pela Esperança (Unes).

Para combater esta triste realidade, assinalou Arauz, “nosso compromisso com a vacinação dos equatorianos é total”. “Diante disso, começamos as gestões pela vacina desde o ano passado, não como esse governo que, tristemente, improvisa”. “Moreno destruiu o nosso sistema de saúde pública, demitindo cada vez mais funcionários. Aliás, os servidores que conheciam o sistema vêm sendo despedidos desde 2019. Foram seis mil pessoas! Agora não nos surpreendamos pelos resultados vindos a partir deste desmantelamento”, condenou.

Na avaliação do candidato e ex-ministro de Rafael Correa, “é preciso fazer o que está sendo feito por todos os países do mundo que são responsáveis pelos seus cidadãos: conseguir contratos de abastecimento de vacina”. “Primeiro, que a vacina chegue ao Equador. Mas a dose não se coloca só, precisamos de milhares de equatorianos dedicados para injetar, administrar, transportar, para montar a rede de refrigeração e fazer com que elas cheguem às regiões”, acrescentou.

Popularizando a campanha de vacinação, Arauz colocou um cronograma pormenorizado na sua página web onde se entra com o nome, o número do documento e a profissão, e se sabe em que mês lhe corresponderá a primeira dose. “Fizemos isso para que ninguém possa utilizar um esquema fura-fila, para conseguir antes da hora. Fizemos

um cronograma perfeitamente transparente, tendo como base critérios científicos da Organização Mundial da Saúde (OMS)”, disse. De acordo com Arauz, primeiro serão os profissionais da saúde, os que estão em risco de biosegurança e os adultos mais velhos, depois virão as sucessivas faixas etárias – das mais velhas para as mais novas – e as profissões mais necessitadas, de tal maneira a que se tenha toda a população adulta vacinada até meados de 2022.

Recentemente, o ministro da Saúde teve de abandonar o cargo após ser descoberto que havia privilegiado a familiares na distribuição de vacinas.

“Garantimos o acesso à vacina de AztraZeneca, que é produzida pela Argentina e pelo México, que poderiam chegar a Equador a partir de maio e junho. Temos conversações bem avançadas com os russos, produtores da Sputnik; com os chineses de Sinovac; e, também, com vacinas que podem ser desenvolvidas na América Latina, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Portanto, há opções. O Equador precisa diversificar a previsão de vacinas e, sobretudo, garantir a logística”, defendeu.

Diante da completa irresponsabilidade do presidente Moreno, frisou o candidato opositorista, alguns governantes locais têm agido de forma desesperada em busca da vacina. “É preciso ter calma. Tenho claro que não será atuando de forma descentralizada que resolveremos o problema, que é comum. Gostaria de dizer, inclusive para tranquilizar a quem está atuando como pode, é que vamos trabalhar para fazer um grande pedido conjunto, de tudo o que se necessita. Precisamos fazer uma compra agregada, que possa nos dar maior margem de negociação, melhores preços e maiores quantidades”, ponderou.

Segundo Andrés Arauz, “o que se precisa no Equador é de liderança”. “Claro, frente à goleira vazia, como dizíamos quando éramos criança, diante de um governo ausente, os municípios estão tratando de preencher este vazio do jeito que podem. Diferente disso, o que nós vamos fazer é liderar o país para que, junto com os demais governantes, possamos chegar a todos os equatorianos”.

China oferece vacinas para o COI, que agradece: “espírito olímpico de solidariedade”

A China ofereceu ao Comitê Olímpico Internacional (COI), nesta quinta-feira (11), uma provisão adicional de vacinas contra o coronavírus para atletas e equipes, para garantir a disputa dos jogos de Tóquio 2020 e também aos de inverno de Pequim 2022.

Conforme o presidente do COI, o alemão Thomas Bach – reeleito para os próximos quatro anos –, a oferta foi ampliada aos atletas paraolímpicos de ambos os jogos. A oferta ajudará a realizar uma edição mais segura, afastando boatos sobre o cancelamento da Olimpíada.

“Somos muito gratos por esta oferta da China, que é uma demonstração do verdadeiro espírito olímpico da solidariedade”, declarou Bach. De acordo com o dirigente, o COI “vai pagar por doses extras” para os atletas olímpicos e paraolímpicos.

A Olimpíada terá início no dia 23 de julho. E os Jogos de Inverno estão marcados para começar em fevereiro de 2022. Na avaliação da comunidade esportiva, o anúncio vai acelerar o processo de vacinação no Japão, que se encontra bastante atrasado, pois iniciou somente em fevereiro.

Bach prometeu também doses para o público em geral. “O COI vai pagar por duas doses extras, que poderão ser disponibilizadas para a população de cada país, de acordo com suas necessidades”, informou o presidente, frisando que a distribuição será feita por meio de agências internacionais ou de acordos de vacinação dos países com a China.

Atuando por meio das empresas Sinovac e Sinopharm na chamada diplomacia da vacina, a China já prometeu meio bilhão de doses da vacina para mais de 45 países nas últimas semanas.

Na contramão, a ministra japonesa para a Olimpíada, Tamayo Marukawa, disse não ter sido consultada sobre o uso das vacinas chinesas, que não estão aprovadas para serem utilizadas no Japão e que seus atletas não participarão da parceria. “Temos tomado medidas abrangentes contra doenças infecciosas para os Jogos de Tóquio, a fim de permitir a participação sem vacinas”, disse Marukawa.



“Somos muito gratos por esta oferta da China”, afirmou o presidente do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach. (Greg Martin/COI)

Senador Sanders pede apoio à quebra de patentes para acelerar produção de vacinas

“Hoje estou enviando uma carta ao governo de Joe Biden pedindo apoio a uma proposta de renúncia aos direitos de propriedade intelectual relacionados à vacina contra a Covid-19 na Organização Mundial do Comércio, para que possamos expandir rapidamente o fornecimento de vacinas”, informou o senador democrata Bernie Sanders.

Há um movimento crescente para que, diante da gravidade da pandemia, as patentes sejam suspensas para permitir a difusão mais rápida possível do fabrico de vacinas, única forma de deter o morticínio causado pela pandemia.

Esse plano também conta com o apoio de dezenas de outras nações e do diretor da Organização Mundial da Saúde, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus. Trump é o único ex-presidente vivo que não aparece apoiando a proposta, que também não encontra receptividade pelo governo Bolsonaro.

A Índia e a África do Sul têm trabalhado há tempos por essa renúncia na Organização Mundial do Comércio, mas vários países ocidentais, incluindo os Estados Unidos, a bloquearam repetidamente.

“Precisamos do mesmo acesso a ferramentas que salvam vidas em todos os lugares se quisermos acabar com a pandemia”, tuitou Tedros. “Se você não pode emitir uma isenção temporária às patentes agora, durante estes tempos sem precedentes, quando chegará o momento certo?”, inquiriu.

Para o senador, as empresas norte-americanas

que fabricam vacinas contra a Covid-19 valorizam as patentes mais que as pessoas. “É inconcebível que, em meio a uma crise global de saúde, as multimilionárias empresas farmacêuticas continuem priorizando os lucros, protegendo seus monopólios e aumentando os preços em vez de priorizar a vida das pessoas em todos os lugares”, afirmou o senador pelo Partido Democrata em um vídeo no YouTube.

Ele acrescenta que, em vez de proteger as patentes de suas vacinas, as multinacionais Pfizer, Moderna e Johnson & Johnson deveriam compartilhar seus conhecimentos com países e empresas mais pobres, mostrando que isso aceleraria a produção de vacinas em todo o mundo, e ajudaria a acabar com a pandemia mais rapidamente.

No entanto, apesar da gravidade da pandemia a disputa em torno das patentes segue acirrada. Para a Câmara de Comércio dos Estados Unidos “as propostas de renúncia aos direitos de propriedade intelectual são erradas e uma distração do trabalho real de fortalecer as cadeias de abastecimento e ajudar os países a adquirir, distribuir e administrar vacinas a bilhões de cidadãos do mundo”. A entidade ainda usou o argumento de que “a diminuição dos direitos de propriedade intelectual tornaria difícil desenvolver e distribuir rapidamente vacinas ou tratamentos em futuras pandemias” enfrentará”.

Leia mais no site do HP

Casa Branca promulga plano emergencial de US\$ 1,9 trilhão



Biden assina plano que aliviará situação de 24 milhões que passam fome nos EUA

Manifestantes pedem justiça no início do julgamento do assassino de George Floyd

Iniciou nesta terça-feira (9) o julgamento do ex-policial Derek Chauvin, de Minneapolis, no norte dos Estados Unidos, pelo assassinato por asfixia do afro-americano George Floyd, ocorrido em 25 de maio do ano passado.

Nove meses depois do crime que reavivou o sentimento contra os imensos problemas raciais do país, em um caso considerado como plebiscitário sobre a violência policial, Chauvin se sentou no banco dos réus. A seleção dos jurados inicialmente foi atrasada, em meio à discussão se serão somadas às acusações de “assassinato em segundo grau [quando não há um plano premeditado] e homicídio involuntário”, a de “assassinato em terceiro grau” [quando atuou de forma irresponsável ou imprudente], – que prevê pena máxima de 40 anos.

A crueldade com que Floyd foi morto pelo policial ganhou o mundo pelas câmeras de televisão: teve o seu joelho pressionado no pescoço por quase nove minutos, enquanto já estava detido e algemado. Na filmagem, ele é visto lutando desesperadamente para sobreviver e suplica, afirmando que “não conseguia respirar”. A justificativa do policial branco? O fato de o negro su-

postamente usar uma nota falsificada de 20 dólares em um supermercado.

Há muita expectativa em relação ao julgamento, que será transmitido ao vivo. O problema é que somente uma decisão unânime dos 12 membros do júri pode levar o assassino para trás das grades. Os outros três policiais envolvidos na prisão de Floyd, Alexander Kueng, Thomas Lane e Tou Thao, embora já tenham sido despedidos da polícia, enfrentam acusações menores e serão julgados separadamente.

O fato é que as mobilizações populares em repúdio ao racismo cresceram tanto que se tornaram um dos temas principais campanha presidencial nos Estados Unidos (o outro foi o desastre de Trump no trato da pandemia), diante da reação racista e repressiva que provocaram, principalmente por meio do então presidente e candidato à reeleição, Donald Trump. A polarização fez com que o candidato opositorista e atual presidente, Joe Biden, tivesse de prometer reformar a polícia, acabar com a supressão do voto – que obriga o cidadão a ter de saldar suas dívidas com o Estado para pagar – e outros exemplos do persis-

tente racismo.

Milhares de pessoas voltaram a marchar pelas ruas de Minneapolis no domingo para exigir justiça. Com um caixão branco coberto de rosas vermelhas, a multidão de todas as raças e credos permaneceu em silêncio, apenas dando uma breve pausa para gritar “Se não há justiça, não há paz!”. Um banner reproduzia as últimas palavras de Floyd: “Não consigo respirar”.

Como recordou recentemente Bill de Blasio, prefeito da maior cidade dos EUA, que denunciou que Floyd foi “assassinado à plena luz do dia”: “se George fosse branco, estaria vivo neste momento”.

Nascido em Houston, George Floyd jogava basquete e futebol em sua cidade natal, também atuando na cena local de hip-hop, onde era conhecido. Quando se mudou para Minneapolis começou a trabalhar como segurança do restaurante latino-americano Conga Latin Bistro, no centro da cidade. Ele, que perdeu o emprego depois que o estabelecimento fechou com as medidas de isolamento por conta da pandemia do coronavírus, se encontrava entre os mais de 41 milhões de pessoas que já solicitaram o seguro-desemprego nos Estados Unidos.



“Para vencer a Covid, só vacinação”, afirma Dr. Gamzu à equipe do Bozo em Tel Aviv

Médico israelense a enviados por Bolsonaro: “não há droga milagrosa contra Covid, só vacina”

“Vacinação, vacinação, vacinação”, insistiu o diretor-geral do Centro Médico Sourasky (conhecido como Hospital Ichilov de Tel Aviv), Dr. Ronni Gamzu, que se reuniu com o grupo enviado por Bolsonaro a Israel, atrás daquilo que denominou de “spray milagroso”.

O spray nasal EXO-CD24 é desenvolvido e testado no hospital dirigido por Gamzu, que deixou muito claro que “com todo o respeito aos medicamentos antivirais, as doenças virais acabam só com vacinas”, deixando por terra a manobra diversionista de Bolsonaro no vale-tudo para sabotar a vacinação em

larga escala.

Em entrevista concedida à jornalista Daniela Kresh e publicada no dia 9 pela Folha de São Paulo, Gamzu falou do “entusiasmo” que percebeu nos enviados por Bolsonaro, mas alertou que o desenvolvimento e teste do novo remédio pode levar “meses, senão anos”.

A fase 1 já terminou, mas o artigo científico sobre a pesquisa não foi publicado ainda. Além disso e do dinheiro público gasto nessa viagem, quando todo o recurso deve ser canalizado na busca de mais vacinas, o governo brasileiro ainda

assinou um acordo para fazer os testes das fases 2 e 3 do spray no Brasil, abrindo espaço para repasse de verba aos israelenses.

Na entrevista, o Dr. Gamzu adiantou que a intenção é passar mais custos ao Brasil: “Estamos sempre dispostos a colaborar, porque desenvolver novos medicamentos é difícil. Não é simples e também não é barato. Há riscos” e, perguntado se “foram discutidos valores?”, respondeu: “Não chegamos a isso, mas é claro que quando se fala de desenvolvimento de medicamentos, há um custo”.

Casa Branca promulga plano emergencial de US\$ 1,9 trilhão

No dia em que o pacote de ajuda tornou-se lei, os EUA ultrapassaram a trágica marca de 529 mil mortos pela Covid e 29 milhões de infectados

O pacote de ajuda emergencial de US\$ 1,9 trilhão de alívio da pandemia da Covid-19, recém aprovado pelo Congresso dos EUA sem um voto sequer dos republicanos, foi assinado pelo presidente Joe Biden na quinta-feira (11), que disse que a “lei histórica” vai “reconstruir a espinha dorsal” do país e dar às pessoas “uma chance de lutar”.

No conjunto, o plano implica em gastos equivalentes a quase um décimo do PIB norte-americano e, segundo Biden, resultará na criação de cerca de seis milhões de empregos e aumento do PIB em US\$ 1 trilhão. Os cheques de US\$ 1.400 já começarão a chegar aos lares norte-americanos a partir deste fim de semana, anunciou a Casa Branca.

No dia da assinatura, os EUA alcançaram a tétrica marca de mais de 529.400 norte-americanos mortos pela Covid-19 e 29 milhões de infectados – enquanto o número de vacinados superou os 90 milhões.

Foi uma maratona de oito semanas no Congresso, até vencer as obstruções e manobras dos trumpistas e aprovar a Lei do Resgate Americano.

As principais disposições da lei incluem pagamentos diretos a cerca de 280 milhões de americanos, incluindo crianças e adultos dependentes, de cheques de US\$ 1.400 – 85% das famílias –; uma extensão até 6 de setembro da ajuda suplementar de US\$ 300 semanal do seguro-desemprego; uma expansão de um ano do crédito tributário infantil (de até US\$ 3.600 por criança), que os especialistas estimam que reduzirá a pobreza infantil pela metade; US\$ 350 bilhões em ajuda aos governos estaduais e locais; financiamento adicional para a reabertura das escolas do ensino fundamental (K12), para a vacinação e para as pequenas empresas duramente atingidas pela pandemia.

“VIRADA”

Milhares de pais receberam US\$ 3.600 por ano por filho, registrou o Washington Post. “Para as mães que trabalham, é uma ‘virada total’”. A lei permite que os US\$ 3.600 sejam recebidos mensalmente, em parcelas de US\$ 300.

O Urban Institute avaliou que o plano emergencial irá tirar até 16 milhões da pobreza nos EUA. Como enfatizou a presidente da Câmara dos deputados, Nancy Pelosi, os números “falam por si” sobre a gravidade da crise em curso nos EUA. “18 milhões de americanos desempregados. 24 milhões de pessoas estão passando fome”. O PIB retrocedeu 3,5%.

“Com políticas ousadas como esta, podemos transformar a vida de milhões de pessoas em todo o país”, postou a deputada democrata Pramila Jayapal, presidente da Bancada Progressista do Congresso.

“A escala e o impacto desta legislação não devem ser desconsiderados”, saudou uma coalizão de entidades e grupos pró-direitos. “Como a pandemia revelou e exacerbou as lacunas em nossa rede de segurança social, esperamos que os programas temporários que irão reduzir drasticamente a pobreza nos próximos dois anos, como o crédito fiscal para as crianças, se tornem permanentes”.

Ficou patente o comportamento antissocial dos republicanos, com zero voto a favor do pacote de socorro a 280 milhões de norte-americanos.

Logo eles, que quando se trata de abrir as com-



Fila para comida grátis em Nova Iorque (J. Lane/EFE)

portas para as corporações, bancos e magnatas, sempre são tão prestativos e ágeis – como os US\$ 1,5 trilhão gentilmente doados a essa gente por meio da renúncia fiscal no governo Trump.

Um senador republicano retardou por 11 horas a aprovação do pacote, forçando a leitura da lei em plenário. Outro se dispôs a sabotar a aprovação “até o infinito”. Mesma coisa na votação final na Câmara. O presidente do Comitê de Normas da Casa, Jim McGovern, chamou de “inescrupulosa” a atuação dos trumpistas para atrasarem a ajuda, de que há “necessidade desesperada, inclusive dos eleitores deles”.

Quadro em que se explica alguns retrocessos em relação ao plano inicial, que incluía o aumento do salário mínimo para US\$ 15 a hora (está congelado há mais de uma década). Ou a redução do valor do suplemento semanal do seguro-desemprego de US\$ 400 para US\$ 300.

SINAL DOS TEMPOS

Na avaliação do jornal progressista People’s World, “depois de mais de 40 anos de domínio de nossa vida econômica e política, a ideologia extrema do neoliberalismo está começando a mostrar algumas rachaduras sérias. Políticas de ‘gotejamento’, que durante décadas empurraram dinheiro para o topo à custa dos de baixo, estão se desintegrando e dando lugar a uma nova disposição dos governos de gastar dinheiro para beneficiar diretamente a ampla população e a economia”.

Por muito tempo, acrescentou, essencialmente desde a criação do Medicare e do Medicaid no final dos anos 1960 durante a ‘Guerra contra a Pobreza’, isso “simplesmente não aconteceu”.

“Essas políticas e a ideologia por trás delas estão agora sob pressão, e a Lei de Resgate Americano de US\$ 1,9 trilhão que se tornou lei é a prova mais recente e flagrante dessa mudança”, sublinhou a publicação.

“Gastar dinheiro diretamente nas necessidades imediatas das pessoas não é mais um tabu. Isso já acontecia antes da aprovação do pacote de resgate econômico de Biden, mas agora é ainda mais óbvio”.

Assinalando que Margaret Thatcher e Ronald Reagan estariam “se revirando em seus túmulos”, o WP lembrou como o poder de controlar as finanças públicas “foi gradualmente retirado dos órgãos democráticos eleitos, como o Congresso ou os parlamentos, e entregue a banqueiros centrais não eleitos”.

O estouro da boiada na Operação Lava Jato



O problema não é Lula. Se a Justiça decidiu que ele tem direito a novos julgamentos, que tenha novos julgamentos. Se a Justiça decidiu que ele é elegível, que concorra, se e quando quiser, às eleições. O problema é que isso não faz com que o roubo monumental da coisa pública – sobretudo na maior, mais estratégica e mais popular de nossas empresas, a Petrobrás – não tenha existido

CARLOS LOPES

A insistência no julgamento sobre a “suspeição” do então juiz Moro, quando da condenação de Lula no processo do triplex de Guarujá – mesmo depois que o relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, declarou inexistente a sentença de Moro, ao remeter o caso à Justiça Federal de Brasília – mostra que o objetivo dos patrocinadores dessa “suspeição” é menos beneficiar Lula do que liquidar com o legado da Operação Lava Jato no combate à corrupção.

O que é “liquidar com o legado da Operação Lava Jato no combate à corrupção”?

Por óbvio – como dizem os advogados –, somente pode ser a anulação de todas as condenações e demais sentenças proferidas no âmbito da Operação.

Certamente, existem, como quase sempre, pessoas de boa fé, que são a favor do prosseguimento desse julgamento na Segunda Turma do STF – momentaneamente interrompido pelo pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques – por um deslocado sentimento de justiça, considerando o que se disse das conversas hackeadas dos procuradores e de Moro.

Mas não são essas pessoas os mais encardidos “patrocinadores” da suspeição de Moro – a rigor nem mesmo são estes os advogados de Lula, apesar da ação ser de sua lavra.

Para os mais encardidos, beneficiar Lula foi apenas o meio que encontraram para tentar acabar com as condenações e demais decisões tomadas pela Operação Lava Jato. Para isso, tomaram carona na ação dos advogados de Lula, que pedia – e pede – a suspeição de Moro.

Quanto a este último, como já expressamos mais de uma vez, seu maior erro não está nas conversas que foram hackeadas, ainda que estas fossem tão inadequadas que serviram – e servem – aos que queriam – e querem – anular todas as decisões da Lava Jato.

O erro fatal de Moro foi entrar para um governo corrupto, para ser ministro de um presidente corrupto, que juntou-se aos inimigos da Lava Jato na primeira oportunidade, mesmo àquelas que eram seus inimigos políticos, para destruir o combate à corrupção.

Com isso, Moro prejudicou sua reputação e sua causa – de uma maneira que está fazendo com que pague muito caro o erro que cometeu. Infelizmente, o máximo que podemos dizer sobre isso é que não foi por falta de aviso (v., p. ex., HP 01/11/2018, **Bolsonaro quer usar Moro para dar respeitabilidade de fachada a um governo sem nenhuma;** e HP 08/11/2018, **Moro e o risco que Bolso-**

naro representa para a democracia).

PAÍS

Porém, em vez de abordar o problema sob o ângulo pessoal, ainda que político – a simploriedade lastimável de Moro, a sanha de Gilmar Mendes por livrar seus amigos das garras da Lava Jato, aproveitando-se de um inimigo (Lula), etc. –, vamos partir, então, do que mais interessa ao Brasil, ou seja, do que mais interessa para a Nação e o povo brasileiro nessa questão.

O ex-presidente Lula pode ter – e tem, pela decisão do ministro Fachin – direito a outro julgamento. Mas isso não elimina, obviamente, o direito da sociedade de saber o que aconteceu com os bilhões desviados pela corrupção.

O direito de Lula a novos julgamentos é líquido e certo – ainda que dependa de confirmação pelo Pleno do STF.

Mas o direito a investigar e punir a corrupção não é menos líquido e certo.

O que não pode existir é o direito à impunidade.

Como escreveu a ex-senadora e ex-ministra Marina Silva, *“houve, sim, um monumental assalto aos cofres públicos, desvios, favorecimentos. Houve, sim, uso indevido do Estado para acobertar interesses de grupos políticos e empresariais. Há, sim, o que investigar e, certamente, há culpas que devem ser punidas. O justo é investigar todos: os de ontem e os de hoje que cometem crimes, tanto por práticas dolosas quanto por conspirar o processo judicial. Não deve permanecer o sentimento de que tudo foi uma farsa, uma invencioneira, que nada aconteceu, e vamos tocar a vida”* (v. HP 10/03/2021, **Monumental assalto aos cofres públicos não pode cair no esquecimento, diz Marina**).

Realmente, não é pouca coisa. Em outubro de 2015, um laudo pericial **incompleto** da Polícia Federal chegou a uma pilhagem, somente sobre a Petrobrás, de **42 bilhões, 808 milhões, 903 mil, 596 reais e 16 centavos**, nos contratos com 27 empresas e alguns outros contratados (v. LAUDO Nº 2311/2015-SETEC/SR/DPF/PR).

Esse laudo jamais foi contestado.

A ex-senadora está, portanto, perfeitamente justificada, ao falar de **“monumental assalto aos cofres públicos, desvios, favorecimentos”**.

Como já lembramos aqui, houve **278 condenações de 174 réus**, apenas em Curitiba, como resultado das investigações da Operação Lava Jato. Foram devolvidos **R\$ 4 bilhões e 300 milhões** de dinheiro roubado do povo brasileiro, através de sobrepreços, superfaturamentos e consequentes propinas. Acordeu-se a devolução parcelada de mais **R\$ 14 bilhões e 700 milhões**. E houve mais **R\$ 22 bilhões**, sonogados, que foram recolhidos aos cofres da Receita. As penas somaram, ao todo, **2.611** anos de cadeia. (v.



HP 15/02/2021, **Duas ou três coisas sobre a Lava Jato, Lula e o infame Bolsonaro**).

Isto são alguns exemplos dos resultados da Operação Lava Jato. O que eles mostram é que houve corrupção, roubo de dinheiro e patrimônio públicos, e não foi pouco – um roubo que está longe de ter sido inteiramente recuperado.

Não é justo, portanto, que, escudando-se no caso de Lula e nos erros de Moro ou de algum procurador da força-tarefa da Lava Jato, os corruptos todos escapem, com a maior parte de seu roubo – inclusive os politicamente mais notórios: Eduardo Cunha, Sérgio Cabral, Geddel Vieira Lima, etc., etc.

Um, se podemos dizer assim, adversário de Moro – e adversário, como se dizia antigamente, fígal – que também é professor de Direito, declarou que se a suspeição de Moro for declarada, “tudo é anulado. Aí a tragédia não é desse mundo. Por que a tragédia não é desse mundo? Porque entrou o boi, passa a boiada todinha. Lá se vem Palocci, lá se vem Eduardo Cunha, lá se vem Sérgio Cabral, lá se vem Geddel Vieira Lima. Tudo o que o Sérgio Moro presidiu, tudo vai ser dito nulo. Viva a bandalheira!” (v. entrevista do ex-governador e ex-ministro Ciro Gomes a José Luís Datena, 09/03/2021).

Além de inocular Cunha, Palocci, Geddel, Cabral e outros – por exemplo, aquele gerente que devolveu US\$ 100 milhões (cem milhões de dólares), que roubara, logo nos primeiros meses da Operação Lava Jato –, com a anulação dos processos em que Moro foi juiz, também o dinheiro seria devolvido aos ladrões?

Portanto, o problema não é Lula. Se a Justiça decidiu que ele tem direito a novos julgamentos, que tenha novos julgamentos. Se a Justiça decidiu que ele é elegível, que concorra, se e quando quiser, às eleições.

O problema é que isso não faz com que o roubo **monumental** da coisa pública – sobretudo na maior, mais estratégica e mais popular de nossas empresas, a Petrobrás – não tenha existido. Nenhuma máquina do tempo é capaz disso, até porque não existem máquinas do tempo.

Passar por cima da decisão de Fachin sobre Lula para declarar Moro “suspeito”, tem apenas o objetivo de usar o caso de Lula para “inocentar” todos os corruptos que a Lava Jato investigou e condenou. Até porque o sr. Gilmar Mendes, na sessão da Segunda Turma do STF de terça-feira

(09/03), atacou, **nos mesmos termos**, não apenas Moro, mas também um juiz que preferiu condenações no âmbito da Lava Jato bem longe de Curitiba – e cuja “suspeição” nem estava em pauta.

Quem esse outro juiz condenara?

Entre outros, Sérgio Cabral e Eduardo Cunha.

Entretanto, a realidade – aliás, o passado real – é o que é. Não é possível mudá-la de acordo com as conveniências de fulano, beltrano ou sicrano, ou com as crenças e fidelizações de Mendes – ou seja lá de quem for.

O que passou e chegou à consciência das pessoas, não pode e não vai ser apagado, pois sempre vai haver quem se lembre, enquanto a espécie – ou a nacionalidade – existir.

Foi o que já mostraram algumas das reações após a decisão de Fachin sobre os processos de Lula – das quais transcrevemos, acima, apenas duas.

EMPRESAS

Por fim, uma questão que apareceu em alguns artigos, depois da decisão do ministro Fachin. Gente, em geral bem intencionada, acusou a Operação Lava Jato de ter quebrado empresas nacionais. O tom é mais ou menos o seguinte: “e agora, que os processos de Lula voltaram à estaca zero, quem paga ou repara as empresas que quebraram ou diminuíram de tamanho?”.

A colocação, por mais bem intencionada que seja, é despropositada.

Pois, se essa pergunta tivesse sentido, seria como se as empresas nacionais não pudessem existir, senão afundadas em molho de corrupção, ou seja, roubando o povo brasileiro.

Não estamos nos referindo, aqui, à concessão de estatais diretamente à corrupção – como o caso da BR Distribuidora, concedida aos indicados pelo sr. Collor de Mello. Ou a contemplar o hoje bolsonarista “Centrao” com postos para a feitura de negócios nada lícitos, como no caso Janene -Paulo Roberto Costa-Youssef.

Não. Não é a isso que estamos nos referindo, porque supomos que as pessoas que acham sinceramente que a Lava Jato quebrou as empresas nacionais, também não concordam com isso.

Aliás, se mencionamos esse aspecto do problema foi apenas para não ser omissos.

A questão mais importante – porque mais difícil de deslindar – é a que diz respeito ao que é uma **em-**

presa nacional. Isto é, uma empresa privada nacional.

Existe, aqui, uma confusão entre empresa **nacional** e empresa **monopolista**. Sobretudo quando se trata de uma **nação** oprimida e explorada, ou seja, uma empresa em um país **dependente**, um país que mantém laços de subordinação com o imperialismo.

Grupos como eram, por exemplo, a Odebrecht, e, em outro setor, a JBS, apesar de pertencerem a brasileiros, perdem seu vínculo com a nação, por sua tendência ao monopólio. Esses grupos se identificam muito mais com outros monopólios – inclusive e sobretudo estrangeiros, norte-americanos – do que com a nação brasileira.

Nem sempre eles foram assim. Mas se tornaram monopolistas ou candidatos a monopólios, na medida em que seu crescimento implicou no sufocamento do mercado, da competição, da concorrência, no limite, crescentemente, asfixiando o país. O famoso “clubinho” do BNDES, que dividia os financiamentos com as multinacionais, em detrimento da maioria das empresas nacionais – as médias empresas, que são, há muito, o principal contingente da indústria nacional – é um exemplo dessa crescente asfixia, embora ainda em seus inícios.

Daí, também, a organização desses grupos em cartéis para saquear os recursos públicos, os recursos da sociedade.

Nós precisamos de empresas nacionais – mas essas são, exatamente, aquelas que competem, aquelas que estão concorrendo no mercado, e não as que monopolizam, isto é, manietam o mercado.

O monopólio privado, realmente, não pode existir senão em meio a sobrepreços, superfaturamentos – e, portanto, distribuindo propinas para obter esses sobrepreços e superfaturamentos.

Evidentemente, não combater a corrupção não pode ser o preço do crescimento, simplesmente porque isso não leva ao crescimento, mas à estagnação econômica e à dissolução moral, com gente cevando-se em propinas – e achando isso muito natural.

Essa é a razão pela qual o governo da China, hoje, é especialmente enfático na luta, sem concessões ou tréguas, contra a corrupção. Os chineses, que têm a economia que mais cresce no mundo, sabem que a corrupção pode colocar em risco tudo o que já conseguiram e mais o seu futuro.

Como já abordamos, em

O ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, hoje condenado a 280 anos de cadeia, é preso na Operação Lava Jato, no dia 17/11/2016 (foto: FernandoFrazão/ Agência Brasil)

outro lugar, o problema geral do monopólio diante da corrupção, aqui reproduziremos alguns trechos:

“Não é novidade que monopólios privados são achacadores, corruptos e corruptores, por sua própria natureza econômica – em suma, são antissociais.

(...)

“Os sobrepreços e o superfaturamento, assim como o suborno de agentes públicos, é a regra nos cartéis, exatamente porque o objetivo de um cartel é o monopólio privado, para que as empresas integrantes obtenham superlucros através de sobrepreços, com o esmagamento de outras empresas, que não pertencem à confraria. Mas esse esmagamento de outras empresas não se dá porque as empresas monopolistas, as empresas cartelizadas, sejam mais eficientes que as outras, ou seus produtos sejam melhores, e, sim, porque têm maior poder financeiro e influência política.

“A rigor, monopólios privados não concorrem, isto é, não competem com seus produtos no mercado; o que eles fazem é quebrar a concorrência devido ao seu maior poder financeiro.

“No entanto, não é uma fatalidade que monopólios e cartéis dominem o país e corrompam os funcionários, o governo e os partidos governistas.

“Tanto isso é verdade que nos EUA, a terra dos monopólios privados e cartéis, Franklin D. Roosevelt e outros governantes conseguiram, ao menos, limitá-los. Se mais não foi feito nesse terreno, deve-se às sentenças a favor de monopólios e cartéis, emitidas pela Corte Suprema ou sob a égide desta.

(...)

“Em suma, monopólios privados eliminam ou manietam o mercado – e não porque seus produtos ou serviços sejam melhores. A propina, a corrupção de funcionários públicos, de agentes que têm por função zelar pela propriedade pública, coletiva, social, é parte dessa atividade de gangster.

(...)

“A transformação de empresas que se regem pela concorrência em monopólios é um fenômeno econômico.

“O problema é quando se considera que os monopólios privados, ao invés de levarem à estagnação, ao atraso e à pilhagem do país e do povo – como levam – são o suprassumo do que é moderno no capitalismo.

“Mas somente é possível considerar essa praga como o ápice da modernidade por submissão a esses monopólios. Essa ideologia, totalmente falsa, é a racionalização de uma submissão real, verdadeira – ou, o que é a mesma coisa, a suposta justificativa da covardia diante desses monopólios” (v. Carlos Lopes, **Os Crimes do Cartel do Bilhão contra o Brasil: o esquema que assaltou a Petrobras**, Fundação Instituto Claudio Campos, 2016, pp. 178-184).

Aqui, nos detivemos no fundo econômico e teórico da questão – e não na troca de favores corruptos para se perpetuar no poder – porque aqueles com quem nos interessa discutir esta questão são gente honesta, apesar de, ao nosso ver, estarem equivocados.